



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 110 de 04 de maio de 2026

Altera a Portaria nº 48 de 23 de abril de 2025 que institui a 1ª Comissão de Saúde e designa servidores para sua composição e revoga a Portaria nº 273 de 16 de outubro de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

**O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a Portaria, Id. (0059484352) que institui a 1ª Comissão de Saúde, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar o inciso I do art. 1.º da Portaria n.º 48 de 23 de abril de 2025 id. (0059484352), que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão de Saúde, passando a vigorar com a seguinte composição:

I - Agente de contratação:

a) Rivelino Moraes da Fonseca, matrícula n.º \*\*\*\*\*098.

II - Equipe de Apoio:

a) Kelvin Klysman de Oliveira Leal, matrícula n.º \*\*\*\*\*236;

b) Kaiky Jorge Souza Gibson, matrícula n.º \*\*\*\*\*960;

c) Isaac Lee Fong Rodriguez, matrícula n.º \*\*\*\*\*930;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea “a”, atuará como pregoeiro sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea “b”, deste artigo, que desempenhará as atividades típicas do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Fica revogada a Portaria nº 273 de 16 de outubro de 2025.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 18 de setembro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro Henrique de Lima Teixeira**, Superintendente, em 05/05/2026, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71826388** e o código CRC **454FCB95**.

**Referência:** Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000009/2026-61

SEI nº 71826388



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Saúde 1ª - SUPEL-COSAU1

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90454/2025/LEI Nº 14.133/2021**

Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva** de cota de até 25% para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 10/07/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 06/07/2026
---	--

**OBJETO:**

Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de reagentes (conjuntos/kits), insumos acessórios, com disponibilização de equipamentos em comodato, para realização de exames de triagem sorológica através da técnica de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, além de treinamento de usuários, software para interpretação e interfaceamento dos resultados, visando o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON

**FUNDAMENTO:**

Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.  
Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024.  
dentre outros.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0052.002076/2024-40**

**UASG:** 925373

**ENDEREÇO ELETRÔNICO :** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**ORÇAMENTO ANUAL**

R\$ 3.508.415,00 (três milhões, quinhentos e oito mil quatrocentos e quinze reais)

**VISTORIA**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Não se Aplica		Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.1. do Termo de Referência.</u> <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.3. do Termo de Referência.</u> <b>3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.2. do Termo de Referência.</u> <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.4. do Termo de Referência.</u>		<b>Requisitos Específicos:</b>	
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>	
não	não	sim (caso seja necessário)	
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>REGISTRO DE PREÇO</b>	
MENOR PREÇO GLOBAL	ABERTO	sim	
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>	
TELEFONE: (69) 3212-9243		<a href="mailto:cosaul.supel@gmail.com">cosaul.supel@gmail.com</a>	
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>			
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.			
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (EX.: <b>90001/2024</b> )			

SUMÁRIO

- 1. DO PREÂMBULO;
- 2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
- 3. DO OBJETO;
- 4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
- 5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;
15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio da Portaria nº 110 de 04 de Maio de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90454/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON.

## 3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de reagentes (conjuntos/kits), insumos acessórios, com disponibilização de equipamentos em comodato, para realização de exames de triagem sorológica através

da técnica de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, além de treinamento de usuários, software para interpretação e interfaceamento dos resultados, visando o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 5. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 40. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 41. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 30. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 18. e 21. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 12. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 23.1. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 23.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**3.12 Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 38. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA**

4.1. Será permitida a cotação de quantidades parciais, inferiores à demanda desta licitação, conforme item 25.15. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

#### **5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES**

5.1. **NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 25.17.5. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [cosau1.supel@gmail.com](mailto:cosau1.supel@gmail.com);

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do Pregoeiro quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro, na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou



entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 33, e subitens do Anexo I. e subitens do Anexo I - Termo de Referência.**

**7.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 32, e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

## **8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º,



da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**8.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.**

## **9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 13. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

## **10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

***a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$***

**1.000.000,00 (um milhão de reais);**

**b ) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).**

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 25.11.1. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

10.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site [sorteador.com.br](https://sorteador.com.br) (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de

pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

## **11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o Pregoeiro examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O Pregoeiro não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.3.1. Sob análise do Pregoeiro, poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3.. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o Pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item 15. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 13. do Anexo I - termo de Referência.

11.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem **12.11**, poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item **12.4**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

## **12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

## **12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 22.3. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.**

(...)

### **22.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 5% (cinco por cento) do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando.

b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c) As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

(...)

## **12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão



aqueles estabelecidos nos **itens 22.4. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.**

(...)

#### 22.4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL e TÉCNICA PROFISSIONAL:

22.4.1. Base Legal: art. 18 no IX e 30, Art. 67 e Art. 88 da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG).

22.4.2. Para fins de aferimento da qualificação técnica, a Contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto deste instrumento, observando-se para tanto, no que couber, o disposto no art. 67 da Lei Federal 14.133/21.

22.4.3. Será aceito experiência semelhantes, compatíveis, equivalentes, ainda que não com as mesmas especificações dispostas no Termo de Referência, conforme o art. 67, da LEI Nº 14.133/2021.

22.4.4. Os atestado(s) de capacidade técnica:

a) Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características, com o objeto da licitação, será conforme o tipo de material equivalente ou semelhante aos itens do certame aos quais apresentar proposta.

b) Entende-se por pertinente e compatível em características: comprovações, atuais ou anteriores, que demonstrem claramente que a licitante forneceu materiais ou serviços semelhantes ou compatíveis com o objeto desta licitação, dispensando-se qualquer exigência relacionada a quantitativos específicos. Tal decisão fundamenta-se na natureza do objeto licitado, para o qual não se identificam razões que justifiquem exigências mínimas de quantitativos.

c) Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

d) Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

22.4.5. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

(...)

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### 12.17. DAS DECLARAÇÕES:

12.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.**

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei](#)

[Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

12.17. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

12.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

### **13. DO RECURSO**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **14. DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções previstas no item 24. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

(...)

### 24. SANÇÕES

24.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato. 23.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

24.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

24.4. As sanções descritas no subitem anterior, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificava ou com justificava recusada pela administração pública.

24.5. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAGEFIMP.

24.6. A multa descrita no quadro de infrações, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

24.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

24.8. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

24.9. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas

sanções de grau mais significativo.

24.10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

24.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

TEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
7.	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por ocorrência(s);	01	0,2% por dia
8.	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento;	01	0,2% por dia
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
9.	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia
10.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
11.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
12.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
13.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
14.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
15.	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia;	01	0,2% por dia
16.	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
17.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

\* Incidente sobre o valor da parte inadimplida do contrato

24.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

24.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

24.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

24.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

24.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação: a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

(...)

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON**, conforme estabelecido no **item 10. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**.

(...)

### 10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual 2025, constantes da memória de cálculo do Plano Plurianual e LOA, ano base 2025, através da programação 10.302.2105.2145 - Assistência Hemoterápica e Hematológica, Fonte de Recurso 1.5.00.001002 - Recursos não vinculados de Impostos - saúde, elemento de despesa 3.3.90.30 - Material de Consumo.

10.2. Encontra-se prevista ainda no Plano Anual de Contratação 0054984796.

(...)

## 18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, respectivamente, **de duas vezes o quantitativo registrado e será de um aumento de 50% do quantitativo registrado**, conforme disciplinado no **item 28. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de **será de 10% do quantitativo registrado**, conforme art.121 do decreto estadual 28.874/2024, no **item 24.16. Anexo I deste Edital - Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os

limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o Pregoeiro realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo



mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

## **19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## 21. DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência;

**ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar;

**ANEXO III** - Análises de Riscos;

**ANEXO IV** - Modelo de Minuta de Contrato;

**ANEXO V** - SAMS;

**ANEXO VI** – Quadro Estimativo de Preços;

**ANEXO VII** - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata;

Porto Velho, data e hora do sistema.

**KAIKY JORGE SOUZA GIBSON**

Pregoeiro Substituto da 1ª Comissão de Saúde-SUPEL/RO

Portaria nº 110 de 04 de maio de 2026

Matrícula n.º \*\*\*\*\*60

Elaborado por:

Isaac Lee Fong Rodriguez

Membro da 1ª Comissão de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Kaiky Jorge Souza Gibson, Pregoeiro(a) Substituto(a)**, em 24/06/2026, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72860143** e o código CRC **EA26A0E9**.

---

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0052.002076/2024-40

SEI nº 72860143



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON  
Núcleo de Compras - FHEMERON-NUCOMP

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1. Unidade Orçamentária: Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON.

1.2. Número do Processo: 0052.002076/2024-40

**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. O presente instrumento está fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), com base no seu artigo 5º;

2.2. No Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos;

2.3. No Anexo IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, que trata do SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS, e

2.4. Na RDC nº 34/2014, a qual estabelece as boas práticas no ciclo do sangue, impondo aos serviços de hemoterapia a garantia de qualidade, segurança e continuidade operacional dos processos hemoterápicos.

**3. DO OBJETO**

3.1. Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de reagentes (conjuntos/kits), insumos acessórios, com disponibilização de equipamentos em comodato, para realização de exames de triagem sorológica através da técnica de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, além de treinamento de usuários, software para interpretação e interfaceamento dos resultados, visando o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**4. DAS JUSTIFICATIVAS**

**4.1. DA CONTRATAÇÃO**

4.1.1. A Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON possui natureza jurídica de Fundação Pública de direito público, sendo a entidade administrativa no estado de Rondônia responsável por todo o processo de coleta, testagem, processamento, armazenamento e distribuição de seus hemocomponentes, bem como pela distribuição de hemoderivados, para atendimento da demanda de instituições de saúde do Estado públicas, privadas e filantrópicas.

4.1.2. Dito isto, a proposta visa em essência, garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pela instituição, através da realização da triagem sorológica dos doadores de sangue. Tal atividade é parte essencial de um processo que visa garantir a segurança transfusional e a qualidade do sangue e hemocomponentes, promovendo desta forma, o cumprimento da atividade-fim da Fundação de

4.1.3. Além disso, a legislação vigente, estabelece diretrizes claras para a qualificação de doadores de sangue, exigindo a realização de testes específicos que asseguram a segurança transfusional. Estas necessidades são detalhadas a seguir:

**I - PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017  
DOU de 03/10/2017 - ANEXO IV DO SANGUE, COMPONENTES E  
DERIVADOS:**

Seção VI - Dos Exames de Qualificação no Sangue do Doador (Origem: PRT MS/GM 158/2016, TÍTULO II, CAPÍTULO I, Seção VI)

Art. 128. O serviço de hemoterapia realizará testes para infecções transmissíveis pelo sangue, a fim de reduzir riscos de transmissão de doenças e em prol da qualidade do sangue doado. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 129)

Art. 129. É obrigatória a realização de exames laboratoriais de alta sensibilidade a cada doação, para detecção de marcadores para as seguintes infecções transmissíveis pelo sangue, cumprindo-se ainda, os algoritmos da PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, para cada marcador: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130).

I - sífilis; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, I).

II - doença de Chagas; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, II).

III - hepatite B; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, III).

IV - hepatite C; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, IV).

V - AIDS; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, V).

VI - HTLV I/II. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, VI).

§ 2º Os exames serão realizados em laboratórios específicos para triagem laboratorial de doadores de sangue, com conjuntos diagnósticos (kits) próprios para esta finalidade, registrados na ANVISA. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 2º).

§ 5º O sangue total e seus componentes não serão transfundidos antes da obtenção de resultados finais não reagentes/negativos, nos testes de detecção para: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º)

I - hepatite B; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, I)

II - hepatite C; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, II)

III - AIDS; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, III)

IV - doença de Chagas; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, IV)

V - sífilis; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, V)

VI - infecção por HTLV I/II. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, VI)

§ 6º São os testes para detecção de hepatite B: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º)

I - detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBV) - HBsAg; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º, I)

II - detecção de anticorpos contra o capsídeo do HBV - anti- HBc (IgG ou IgG + IgM); e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º, II)

III - detecção de ácido nucleico (NAT) do HBV. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º, III)

§ 7º São os testes para detecção de hepatite C: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 7º)

I - detecção do anticorpo contra o vírus da hepatite C (HCV) ou detecção combinada de anticorpo + antígeno do HCV; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 7º, I)

II - detecção de ácido nucleico (NAT) do HCV. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 7º, II)

§ 8º São os testes para detecção de AIDS: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 8º)

I - detecção de anticorpo contra o HIV ou detecção combinada do anticorpo contra o HIV + antígeno p24 do HIV; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 8º, I)

II - detecção de ácido nucleico (NAT) do HIV. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 8º, II)

§ 9º O teste de que trata o inciso I do § 8º incluirá, obrigatoriamente, a pesquisa de anticorpos contra os subtipos 1, 2 e O. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 9º)

§ 10. O teste para doença de Chagas será por meio da detecção de anticorpo anti-T cruzi por método de ensaio imunoenzimático (EIE) ou quimioluminescência (QLM). (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 10)

§ 11. O teste para sífilis será por intermédio da detecção de anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 11)

§ 12. O teste para infecção por HTLV I/II será mediante a detecção de anticorpo contra o HTLV I/II. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 12)

## II - RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 34, DE 11 DE JUNHO DE 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue:

### Seção VI - Exames de qualificação no sangue do doador

Art. 89. A cada doação devem ser realizados obrigatoriamente testes laboratoriais de triagem de alta sensibilidade, para detecção de marcadores para as seguintes doenças infecciosas transmissíveis pelo sangue, independentemente dos resultados de doações anteriores, segundo critérios determinados nesta Resolução e nas demais normas do Ministério da Saúde:

I - Sífilis: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico;

II - Doença de Chagas: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-T Cruzii;

III - Hepatite B (HBV): 1 (um) teste para detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg) e 1 (um) teste para detecção de anticorpo contra o capsídeo do vírus da hepatite B (anti-HBc), com pesquisa de IgG ou IgG + IgM;

III - Hepatite B (HBV): 3 (três) testes em paralelo: 1 (um) teste para detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg), 1 (um) teste para detecção de anticorpo contra o capsídeo do vírus da hepatite B (anti-HBc), com pesquisa de IgG ou IgG + IgM e 1(um) teste para detecção de ácido nucléico do vírus HBV por técnica de biologia molecular; (Redação dada pela Resolução – RDC nº 75, de 2 de maio de 2016)

IV - Hepatite C: 2 (dois) testes em paralelo: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-HCV ou para detecção combinada de antígeno/anticorpo; e 1(um) teste para detecção de ácido nucléico do vírus HCV por técnica de biologia molecular;

V - HIV 1 e 2: 2 (dois) testes em paralelo: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-HIV (que inclua a detecção do grupo O) ou 1(um) teste para detecção combinada de antígeno/anticorpo (que inclua a detecção do grupo O); e 1(um) teste para detecção de ácido nucléico do vírus HIV por técnica de biologia molecular; e

VI - HTLV I/II: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-HTLV I/II.

4.1.4. Por fim, a aquisição de insumos específicos com a **cessão dos equipamentos necessários ao processamento automatizado**, é indispensável para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Sorologia. Essa forma de contratação garante a compatibilidade entre os kits e os equipamentos, assegurando maior confiabilidade, rastreabilidade e eficiência nos resultados.

### 4.2. DO QUANTITATIVO

4.2.1. O quantitativo estimado contempla a média das últimas demandas anuais, de acordo com os relatórios de produção do Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento (NUST-FHEMERON) e Núcleo de Sorologia (FHEMERON-NUSOR), sendo aplicada ao cálculo final, porcentagem de 20% como margem de desvios.

#### I - Produtividade anual de bolsas coletadas:

ANO DE REFERÊNCIA	Nº DE BOLSAS COLETADAS
2022	30.262
2023	32.253
2024	32.372
Média anual	31.629

#### II - Produtividade de exames sorológicos no ano de 2022:

MARCADOR	TRIAGEM DE DOADORES	RETESTE	2ª AMOSTRA
HBc	30.495	1.342	843
HCV	30.495	166	230
HIV 1 e 2	30.495	120	159
HTLV I/II	30.495	130	136
CHAGAS	30.495	29	110
HBsAg	30.495	128	517



SÍFILIS	30.495	631	407
HBs	0	0	483

### III - Produtividade de exames sorológicos no ano de 2023:

MARCADOR	TRIAGEM DE DOADORES	RETESTE	2ª AMOSTRA
HBc	33.435	1.636	972
HCV	33.435	149	258
HIV 1 e 2	33.435	188	187
HTLV I/II	33.435	184	173
CHAGAS	33.435	31	97
HBsAg	33.435	166	594
SÍFILIS	33.435	750	506
HBs	0	0	619

Fonte: Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento.

### IV - Produtividade de exames sorológicos no ano de 2024:

MARCADOR	TRIAGEM DE DOADORES	RETESTE	2ª AMOSTRA
HBc	33.998	1.555	655
HCV	33.998	181	128
HIV 1 e 2	33.998	223	83
HTLV I/II	33.998	202	80
CHAGAS	33.998	42	130
HBsAg	33.998	147	432
SÍFILIS	33.998	879	400
HBs	0	3	514

Fonte: Núcleo de Sorologia.

### V - Produtividade média anual de exames sorológicos:

MARCADOR	MÉDIA ANUAL 2022, 2023 e 2024	20%
HBc	37.320	44.784
HCV	35.364	42.436
HIV 1 e 2	35.832	42.998
HTLV I/II	35.292	42.350
CHAGAS	35.136	42.163
HBsAg	36.036	43.243
SÍFILIS	36.336	43.603
HBs	2.340	2.808

4.3. **NOTA:** Para o cálculo da estimativa total de consumo do Núcleo de Sorologia (tabela V - Produtividade média de exames sorológicos), foram condridados à partir do Relatório de Produção - Sorologia (0061753266), os testes necessários à realização de:

- a) Triagem de doadores;
- b) Reteste;
- c) 2ª amostra;
- d) Controle de qualidade e calibração;
- e) e Exames avulsos.

## 5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

5.1. A licitação será realizada em grupo único, formados por 08 (oito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

5.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo, tratando-se de insumos específicos para uso na rotina diária do Núcleo de Sorologia da FHEMERON:

ITEM	CATMAT/CATSER	INSUMOS	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE MEDIDA
1	8460 8451	<b>S í f i l i s :</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação de anticorpos específicos totais contra o Treponema pallidum (TP) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	43.600	Teste
2	8311	<b>Chagas:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o Trypanosoma cruzi (T. cruzi) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.200	Teste
3	8435	<b>HIV 1 e 2:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa simultânea do antígeno HIV p24 e dos anticorpos contra o vírus da imunodeficiência humana dos subtipos 1, 2 e O em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	43.000	Teste
4	8621	<b>HTLV I/II:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus HTLV-I e HTLV-II em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.400	Teste

5	8605	<b>H C V</b> : Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus da hepatite C, ou determinação combinada de anticorpo + antígeno do HCV, em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.500	Teste
6	8419	<b>HBc Total</b> : Imunoensaio para a determinação qualitativa por quimioluminescência, para pesquisa simultânea de anticorpos totais (IgG + IgM) contra o antígeno core do vírus da hepatite B (anti-HBc) em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	44.800	Teste
7	8222 8257	<b>HBsAg</b> : Imunoensaio para determinação qualitativa por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, para pesquisa do Antígeno de Superfície da Hepatite B (HBsAg), incluindo detecção de mutantes HBsAg em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	43.300	Teste
8	8222	<b>HBs</b> : Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação quantitativa de anticorpos contra o antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (Anti-HBs) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	2.800	Teste

Fonte: Estudo Técnico Preliminar 5 (0056387135).

5.3. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Trata-se de insumos específicos para a realização da rotina diária do Núcleo de Sorologia da FHEMERON (FHEMERON-NUSOR), conforme itens abaixo especificados:

### 6.2. INSUMOS:

6.2.1. Deverão ser compatíveis com a plataforma de processamento.

6.2.2. Deverão fornecer resultados precisos e exatos quando comparados aos resultados obtidos com seus controles.

6.2.3. A discriminação dos resultados positivos e negativos deverá ter clareza, com número de resultados inconclusivos inferior a 1%, não apresentando resultados falso-negativos e o mínimo de resultados falso-positivos.

6.2.4. Deverão ser livre de interferência de Biotina.

6.2.5. Os resultados das repetições não devem apresentar variações, devendo apresentar 100% de concordância nos resultados, considerando-se os devidos desvios.

6.2.6. Todos os reagentes, controles, calibradores e demais insumos fornecidos, necessários ao bom funcionamento do equipamento, deverão ser originais de fábrica e prontos para uso.

6.2.7. Os valores dos controles fornecidos pelo fabricante deverão manter-se dentro da faixa estabelecida na bula fornecida durante todo o prazo de validade, quando aplicável.

6.2.8. Todos os reagentes e acessórios que forem perdidos por falha ou danos elétricos, eletrônicos e/ou mecânicos do equipamento ou, ainda, por falta de manutenção preventiva da empresa, durante a realização dos testes analíticos, deverão ser repostos sem ônus para a Contratante.

6.2.9. Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na qualidade ou composição, o licitante compromete-se a trocá-lo, sem ônus para a CONTRATANTE, devendo especificar as condições de armazenamento a serem observadas.

6.2.10. Os insumos fornecidos fora das especificações deste Termo de Referência estará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Contratante.

6.2.11. Os insumos deverão ser entregues com identificação do lote, data de vencimento e bula em português, com todas as informações técnicas.

### 6.3. EQUIPAMENTO/ACESSÓRIOS A SEREM FORNECIDOS EM COMODATO

6.3.1. Plataforma automatizada e multiparamétrica (**principal e backup**) com capacidade de processar e liberar resultados de no mínimo 150 amostras simultaneamente (Itens 01 à 07) a cada período de 5 (cinco) horas.

6.3.2. **Caso um único equipamento não seja capaz de executar a rotina estipulada a licitante deverá instalar obrigatoriamente um segundo equipamento com as mesmas características, respeitando as características físicas do Núcleo de Sorologia.**

6.3.3. Deverá possuir registro na ANVISA/MS, em plena validade, além de registro no país de origem, caso seja importado.

6.3.4. Deverá acompanhar manual de operação completo em português.

6.3.5. Deverá possuir software de fácil manuseio, capaz de armazenar todos os resultados gerados possibilitando assim, o relatório de todos os exames realizados.

6.3.6. Deverá ser a versão mais atualizada, estar em perfeitas condições de uso e respeitando as características físicas dos laboratórios contemplados com os equipamentos (principal e backup). Como “versão atualizada” entende-se que seja de última geração em linha (declarado pelo fabricante), que atenda as necessidades desse descritivo técnico, novos ou usados, desde que revisados e atestado pela empresa, sua perfeita condição de uso (atestado em declaração emitida pela empresa vencedora). Tratando-se de equipamentos usados, considerar-se-á o prazo máximo de 5 (cinco) anos (comprovado em Nota Fiscal), sem prejuízo da versão do equipamento (última geração em linha).

6.3.7. Deverá vir acompanhado de no-break com capacidade mínima para atender um ciclo de processamento completo, bem como os demais acessórios lógicos para o seu perfeito funcionamento, incluindo solução de limpeza, módulos, racks, software para emissão e interfaceamento de resultados, impressora, monitor e CPU.

6.3.8. **O software de interfaceamento deverá realizar a comunicação com o Sistema de Gerenciamento do Ciclo do Sangue utilizado na FHEMERON, disponibilizando os arquivos de interface em extensão “txt” (comunicação bidirecional).**

6.3.9. Deverá vir acompanhado de sistema de purificação de água pelo método de Osmose Reversa, de acordo com as necessidades preconizadas pelo equipamento.

6.3.10. Deverá ter acesso randômico e realizar leitura de código de barras das amostras, reagentes e reativos, com impressão dessas informações, além de identificação do local, data de validade, número de lote e marca do kit utilizado no ensaio.

6.3.11. **Deverá permitir a rastreabilidade dos lotes e validade dos reagentes utilizados nos testes e controle de qualidade, pelo tempo de retenção requerida nas normas vigentes.**

6.3.12. Deverá permitir acesso, carregamento e reposição contínua de amostras, reagentes e consumíveis durante o seu funcionamento.

6.3.13. Deverá ter capacidade de carga de, no mínimo, 100 amostras com acesso contínuo de carga de amostras, além de contemplar a opção de prioridade para amostras emergenciais.

6.3.14. Deverá utilizar a amostra em tubo primário (de até 10ml) centrifugado (amostra sedimentada), com sistema automatizado, integrado ao sistema analítico, de identificação em padrão alfa numérico de no mínimo 11 (onze) dígitos, utilizando códigos de barras no padrão Code 128, ou superior.

6.3.15. **A leitura dos códigos de barras das amostras deverá ser automática e com aprovação de leitura de no mínimo 95% do total dos códigos.**

6.3.16. Deverá apresentar software de controle de qualidade interno com emissão de gráficos pertinentes.

6.3.17. Deverá possuir sistema interno de controle de qualidade qualitativo de flags para leituras discrepantes (acusando a necessidade de reavaliação para laudo final).

6.3.18. Deverá contemplar o procedimento de limpeza e calibração automatizadas.

6.3.19. Deverá ter capacidade de detectar coágulos e fibrinas.

6.3.20. Deverá permitir o armazenamento refrigerado dos reagentes.

6.3.21. Deverá monitorar todas as funções críticas do processamento.

6.3.22. Deverá possibilitar a rastreabilidade de resultados e amostras.

6.3.23. Deverá permitir a repetição automática das amostras com programação dos parâmetros de repetição.

6.3.24. Com o objetivo de preservar os processos de trabalho, a FHEMERON exigirá a substituição de qualquer equipamento, novo ou usado, para o qual sejam evidenciadas necessidades de manutenção corretiva descritas abaixo:

a) Mais de 2 (dois) atendimentos de manutenção corretiva em período inferior a 90 dias corridos.

b) Mais de 4 (quatro) atendimentos de manutenção corretiva em período inferior a 1 (um) ano.

c) Apresente defeito intercorrente por mais de 10 (dez) dias.

6.3.25. Não serão consideradas no item acima as ocorrências de manutenções corretivas geradas comprovadamente por causas externas (rede elétrica, rede lógica, dentre outras), mau uso do equipamento e motivos fortuitos, devidamente reconhecidas pela CONTRATANTE.

#### 6.4. **INTERFACEAMENTO BIDIRECIONAL**

6.4.1. Os arquivos de interfaceamento deverão ser gravados em texto (txt), com registros em linhas e campos em colunas.

6.4.2. O software deve permitir adicionar novos parâmetros definidos pelo usuário final, sendo obrigatório no mínimo: número de doação, resultado, interpretação e data de execução do exame.

6.4.3. Deverá ser fornecida a documentação, em língua portuguesa, da estrutura e layout dos arquivos de interfaceamento, informando campos, valores e posições dos resultados necessários para o interfaceamento.

6.4.4. O software do equipamento deverá ser em plataforma Windows.

6.4.5. A empresa contratada deverá fornecer treinamento aos servidores para operação do programa de interfaceamento.

6.4.6. A empresa contratada disponibilizará, caso necessário, as devidas manutenções do sistema de interfaceamento.

#### 6.5. **MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA CIENTÍFICA**

6.5.1. A assistência técnica e científica será de responsabilidade da empresa contratada, estando

seus técnicos devidamente habilitados, comprovadamente com pelo menos um ano de experiência para prestação dos serviços de assistência técnica.

6.5.2. Deverão ser realizadas as manutenções preventivas e corretivas e calibração dos equipamentos instalados, na periodicidade exigida para cada um, conforme recomendação do fabricante mediante agendamento com o Núcleo de Sorologia.

6.5.3. Deverá ser prestada assistência técnica contínua e, num prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, atender a chamados técnicos quanto à avarias dos equipamentos e seus componentes, por meio de diagnóstico via MODEM (acesso remoto), telefone e/ou pela presença de técnico especializado, de forma a não haver interrupção das atividades desempenhadas pelo laboratório.

6.5.4. Quando se tratar de reposição de peças, os serviços de assistência técnica deverão ser atendidos em até 48 (quarenta e oito) horas.

6.5.5. Quando se tratar de problemas que não forem solucionados em até 72 (setenta e duas) horas e que exijam a retirada do equipamento do hemocentro, o mesmo deverá ser substituído por outro equipamento nas mesmas condições previstas no Termo de Referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, estando apto nesse à sua utilização de forma a não incorrer em descontinuidade dos serviços.

6.5.6. Deverá ser emitido ao término de cada manutenção preventiva ou corretiva, relatório circunstanciado identificando o equipamento e informando com clareza o detalhamento da intervenção, peças substituídas e o técnico responsável.

6.5.7. Deverá ser afixada na superfície externa do equipamento sempre que ocorrer uma intervenção (preventiva e/ou calibração), uma etiqueta adesiva com o registro das seguintes informações, legíveis: tipo de intervenção realizada; data da intervenção; data programada para a próxima intervenção.

6.5.8. Deverá ser fornecido laudo de calibração dos equipamentos, segundo preconizado pelo fabricante, quando da instalação do equipamento e anualmente após a instalação, bem como quando forem realizadas intervenções preventivas e/ou corretivas que demandem a realização de nova calibração. Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme a NBR ISO 17025/2005, sendo analisados pela Gestão de Equipamentos.

6.5.9. A assistência deverá disponibilizar, sempre que solicitada, Assessoria Científica gratuita remota ou presencial.

## **7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Cabe ressaltar que não se trata de simples aquisição de insumos, mas sim da contratação de empresa para fornecimento de insumos e seus acessórios, disponibilização de equipamentos em comodato, serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração, software e treinamento de usuários, objetivando a satisfação do interesse público.

7.2. Assim sendo e para que a contratação proposta produza os resultados pretendidos, a empresa contratada deverá:

- a) Fornecer insumos sorológicos compatíveis com equipamentos automatizados;
- b) Disponibilizar os equipamentos necessários em regime de comodato, devidamente calibrados e validados;
- c) Executar manutenções preventivas e corretivas, inclusive com substituição de peças e mão de obra especializada;
- d) Realizar calibração periódica dos equipamentos, conforme recomendações do fabricante;
- e) Oferecer treinamento operacional e técnico aos profissionais da FHEMERON;
- f) Disponibilizar software de interfaceamento compatível com o sistema de informação utilizado pelo laboratório;
- g) Garantir suporte técnico e atendimento presencial ou remoto em até 24 horas.

## **8. DO BEM OU SERVIÇO COMUM**

8.1. Para aquisição de Bem ou Serviço Comum, poderá ser adotada a licitação na modalidade de

pregão, que será regida nos termos do parágrafo único do Inciso XII do Art. 6 da lei Federal 14.133/21.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

8.2. Para um maior entendimento a respeito do Bem/Serviço Comum, segue uma transcrição do Parecer nº 20/CONSU/CMA/PRF3/PGF/AGU nº 432/2014:

"Bens e serviços comuns são produtos cuja a escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontráveis facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: caneta, lápis, borrachas, papéis, mesa, cadeiras, veículos, aparelho de ar refrigerado, etc e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de parede, etc. O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto".

8.3. Diante do exposto, o objeto do Termo de Referência trata-se de **UM SERVIÇO COMUM**.

## 9. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

9.1. Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**.

9.2. Tipo: **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.3. Modo de Disputa: **ABERTO**, de acordo com o inciso I, art. 56 da Lei Federal 14.133/2021.

9.4. A modalidade **Pregão Eletrônico** foi escolhida em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso IV, e artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo recomendada para aquisição de bens e serviços comuns, visando maior competitividade, transparência e economicidade no processo licitatório.

9.5. O **Modo de Disputa Aberto**, conforme estabelecido no inciso I do artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi selecionado por ser o mais adequado para promover a ampla concorrência, assegurando que os licitantes possam oferecer propostas de maneira transparente, com a apresentação de lances públicos sucessivos.

9.6. Essa escolha considera as vantagens desse modelo para obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, em respeito aos princípios da isonomia, eficiência e interesse.

## 10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual 2025, constantes da memória de cálculo do Plano Plurianual e LOA, ano base 2025, através da programação 10.302.2105.2145 - Assistência Hemoterápica e Hematológica, Fonte de Recurso 1.5.00.001002 - Recursos não vinculados de Impostos - saúde, elemento de despesa 3.3.90.30 - Material de Consumo.

10.2. Encontra-se prevista ainda no Plano Anual de Contratação 0054984796.

## 11. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

11.1. A estimativa da despesa decorrente da presente contratação foi elaborada pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874, de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Estado de Rondônia.

11.2. A pesquisa de preços foi realizada de forma ampla pela SUPEL, priorizando a utilização de sistemas oficiais de preços e contratações similares realizadas pela Administração Pública no período de até um ano anterior à data da pesquisa, nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 2024, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, e em consonância com os entendimentos consolidados pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.875, de 2021) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Acórdão nº 00587, de 2021).

11.3. Os preços coletados foram organizados e consolidados pela SUPEL no Quadro Comparativo de Preços, que integra este Termo de Referência como documento anexo.

11.4. A metodologia estatística aplicada pela SUPEL observou os critérios previstos no art. 6º da Instrução Normativa SUPEL nº 01, de 2024, adotando-se a média aritmética simples como parâmetro estimativo, ante a homogeneidade dos preços pesquisados.



11.5. Verificou-se que os valores pesquisados apresentaram comportamento homogêneo, com coeficiente de variação inferior a 25,99% (vinte e cinco inteiros e noventa e nove centésimos por cento), atendendo ao disposto no art. 6º, § 2º, inciso I, da Instrução Normativa SUPEL nº 01, de 2024.

11.6. Em conformidade com o art. 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa SUPEL nº 01, de 2024, dispensou-se a pesquisa direta junto a fornecedores, considerando-se suficiente a coleta em fontes oficiais de preços e em contratações públicas pretéritas.

11.7. O valor estimado para a contratação, conforme cálculo realizado pela SUPEL e demonstrado no Quadro Comparativo de Preços, é de **R\$ 3.508.415,00** (três milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e quinze reais), considerada a multiplicação da quantidade estimada pelo preço unitário, observada a metodologia adotada.

11.8. O quantitativo estimado e o valor unitário de cada item encontram-se discriminados no Quadro Comparativo de Preços (69564958), que integra este Termo de Referência para todos os fins de direito.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento decorrente do objeto deste Termo de Referência será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, obedecidos à ordem cronológica das exigibilidades, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento, pelo fiscal do contrato ou pela comissão de recebimento.

12.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota(is) Fiscal(is) pela contratada, devidamente atestada (s) pela Administração, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

b) Da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/21;

c) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

12.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.5. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela CONTRATADA.

12.6. O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 15 dias úteis, contados da data de sua apresentação, após o adimplemento da obrigação por parte da contratada.

12.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON/RO, CNPJ: 84.745.017/0001- 68, sendo os insumos entregues no Núcleo de Almoxarifado, localizado na Rua Santa Bárbara, nº 4829 - Bairro Setor Industrial, esquina com a Rua Aparício Moraes. CEP: 76.821-240, Porto Velho - RO.

12.8. Para fins de pagamento a empresa deverá apresentar notas fiscais distintas para serviços (manutenção preventiva e corretiva) e reposição de peças, de acordo com as ordens de serviço apresentadas.

12.9. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) CONTRATADA(S) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, bem como, com ausência dos documentos constantes no primeiro parágrafo deste item.

12.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela

CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)/365$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

$$I = 0,00016438$$

12.11. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

12.12. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

12.13. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

12.14. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

12.15. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.16. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à (s) CONTRATADA (S).

12.17. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. Também serão aceitas as certidões positivas com efeito negativo.

12.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

### 13. DA PROPOSTA E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. As propostas serão processadas e julgadas pelo critério de **MENOR VALOR GLOBAL**.

13.2. A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros linguísticos ou rasuras, de modo que haja a identificação da Contratada e que seja assinada por responsável legal ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da CONTRATADA, devendo conter os dados (nome completo, RG e CPF) da pessoa responsável pela assinatura do contrato.

13.3. A proposta deverá constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas/custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

13.4. É de responsabilidade das licitantes todos os custos relativos à preparação e apresentação de

suas propostas, independente do resultado do processo licitatório, inclusive as das inspeções dos locais onde deverão ser prestados os serviços, caso julgue necessário.

13.5. A empresa deverá apresentar devidamente preenchida e assinada a Proposta de Preços, conforme modelo constante no Edital de Licitação. É obrigatório o preenchimento de todos os campos da SAMS.

13.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.

13.7. A empresa contratada deverá considerar no valor total de sua proposta comercial todas as despesas diretas e indiretas para a entrega dos serviços, inclusive despesas com documentação. Todas as despesas relacionadas a frete, carga, descarga e segurança dos objetos, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada.

13.8. As propostas deverão ser apresentadas discriminando os valores unitários e totais, sendo consideradas válidas as que forem apresentadas com valores até duas casas decimais. Para tanto, a empresa deverá considerar a quantidade estimada, conforme estimativa neste Termo.

13.9. A proposta terá prazo de vigência de 60 (sessenta) dias.

13.10. Será adotado o **modo de disputa aberto**, conforme inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, que consiste na apresentação das propostas, pelos licitantes, por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é menor preço para o lote da licitação.

13.11. A fase de lances se resumirá à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores serão registrados pelo sistema e o lance vencedor será aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.

#### 14. DA VISITA TÉCNICA

14.1. A Vistoria Técnica é facultativa, sendo prevista como possibilidade de visualização do cenário futuro quando da execução dos serviços, e ainda para que os interessados possa subsidiar suas informações quando da elaboração de suas planilhas de custos. A vistoria poderá ser realizada qualquer dia útil, no local da prestação dos serviços, até o último dia útil que anteceder ao dia marcado para a abertura do Processo Licitatório (primeiro dia útil anterior ao da abertura da licitação).

14.2. A empresa interessada deverá solicitar o agendamento de visita através do e-mail [gelabes@fhemerom.ro.gov.br](mailto:gelabes@fhemerom.ro.gov.br) ou [cotec@fhemerom.ro.gov.br](mailto:cotec@fhemerom.ro.gov.br), devendo após o devido agendamento, comparecer ao HEMOCENTRO COORDENADOR DE PORTO VELHO, sito à Rua Benedito de Souza Brito, s/nº - Bairro Industrial, esquina com Av. Governador Jorge Teixeira. CEP: 76821-092, Porto Velho-RO.

14.3. As empresas participantes do certame deverão apresentar DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA, atestando desta forma, responsabilidade quanto às condições dos equipamentos e execução dos serviços, não sendo aceito quaisquer questionamentos futuro referente a dificuldades técnicas na realização dos serviços.

#### 15. DA AMOSTRAGEM

15.1. Seguindo os critérios estabelecidos na legislação hemoterápica vigente, a Coordenadoria Técnica e Científica (COTEC-FHEMERON), solicitará caso necessário for, amostras do objeto em quantidade suficiente para análise do produto e emissão de Parecer Técnico.

15.2. O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser devidamente instalado(s) e qualificado(s) para a realização dos testes.

15.3. A empresa habilitada em primeiro lugar, deverá apresentar em até 15 (quinze) dias corridos, o equipamento ofertado, e fornecer para validação do processo e método analítico, painel comercial de reativos positivos, negativos e heterólogos para cada um dos itens especificados, juntamente com todos os insumos e materiais necessários para a execução dos ensaios de no mínimo 400 amostras. A não apresentação do material no prazo estipulado para a realização dos testes de qualificação, implicará na desclassificação da empresa.

15.4. Deverá ser apresentado para os testes de proficiência, 02 (dois) lotes de fabricação do reagente principal, sendo necessária a apresentação de relatório de controle de qualidade do fabricante dos lotes a serem testados.

15.5. Deverá ser ofertado suporte técnico/científico para demonstração dos produtos e equipamentos, explanando as características descritas na proposta técnica e solicitadas neste edital e realizar os ensaios das amostras definidas para análise de sensibilidade e especificidade.

15.6. As amostras serão avaliadas pela equipe técnica do Núcleo de Sorologia da FHEMERON, sendo que a licitante deverá treinar, orientar e acompanhar a equipe técnica da FHEMERON, que manipulará os equipamentos, quanto à operação dos mesmos e avaliação dos resultados obtidos de acordo com as especificações.

15.7. As amostras ficarão retidas até avaliação final e emissão de parecer técnico, sendo que o painel sorológico permanecerá no Núcleo de Sorologia da FHEMERON.

15.8. As amostras quando enviadas através de modais de transporte contratados deverão ser endereçadas ao Hemocentro Coordenador da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON, localizado à Rua Benedito de Souza Brito, s/nº - Bairro: Setor Industrial, esquina com a Av. Jorge Teixeira. CEP 76.821-092 – Porto Velho/RO, sem prejuízo do prazo estipulado no subitem 15.3.

15.9. As amostras deverão ainda, ser identificadas com os seguintes termos:

- a) Amostra para Análise;
- b) Número da licitação, lote ou item a que se referem;
- c) Identificação da licitante: nome, telefone e e-mail;
- d) Identificação do representante legal: nome, telefone e e-mail.

15.10. Os dados de rastreamento deverão ser enviados via e-mail nos seguintes endereços: [nucomp.fhemeron@gmail.com](mailto:nucomp.fhemeron@gmail.com) e [cotec@fhemerom.ro.gov.br](mailto:cotec@fhemerom.ro.gov.br), contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) Nome da empresa e CNPJ;
- b) Itens postados;
- c) Telefone para contato;
- d) Número da licitação;
- e) Data da postagem;
- f) Telefone para contato.

15.11. Os itens que compõem o objeto de marcas já validadas nos processos da FHEMERON, poderão a critério da equipe técnica, ser dispensados de apresentação de amostras para emissão de parecer técnico. Entretanto, a marca já validada deverá ser submetida à fase de parecer técnico, caso algum dos itens seja diferente do validado previamente.

## **16. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**

16.1. A Triagem Sorológica de Doadores é considerada parte de um processo crítico no denominado Ciclo do Sangue. Nesse sentido, o Parecer Técnico é essencial, para garantir o cumprimento da legislação hemoterápica vigente, uma vez que os insumos e equipamentos utilizados são objetos de programas de controle.

## **17. PARECER TÉCNICO**

17.1. Será emitido pela equipe técnica do Núcleo de Sorologia da FHEMERON, Parecer Técnico do conjunto integrado, o qual inclui: todos os itens solicitados + equipamento + *software* + manutenções.

17.2. A avaliação técnica compreenderá:

- a) Análise legal seguindo todos os critérios aplicáveis na legislação hemoterápica vigente;

- b) O atendimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Velocidade de processamento do equipamento;
- d) Praticidade no manuseio do equipamento e *software* de comando;
- e) Operacionalidade do equipamento;
- f) Sensibilidade e especificidade dos kits (nesse caso, a avaliação tem o objetivo de assegurar que o resultado das amostras positivo real ou negativo real frente a painéis conhecidos);
- g) Validação dos kits e do processo analítico;
- h) Apresentação do kit (nesse caso, a avaliação levará em consideração a apresentação da embalagem, bula e características físico-químicas dos reagentes, se é pronto para uso, se o kit está em bom estado e etc);
- i) Avaliação do *software* (interfaceamento e compatibilidade com o sistema da Contratante);
- j) Atestado de Capacitação Técnica (para a marca dos kits que esta cotando e equipamentos que está disponibilizando);
- k) Apresentação de plano de manutenção corretiva, preventiva e de calibração (equipamento principal e backup).

17.3. O corpo técnico da FHEMERON terá um prazo de até 10 (dez) dias úteis para emissão do Parecer Técnico. Este prazo contempla os processos de análise e, se necessária, reanálise dos insumos e equipamentos.

17.4. As amostras reprovadas (equipamentos e insumos) deverão ser retiradas no Hemocentro Coordenador, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos da sua reprovação.

17.5. O painel sorológico de performance, permanecerá no Núcleo de Sorologia para aferições de produtos recebidos.

## **18. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

### **18.1. DO LOCAL**

18.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues no Núcleo de Sorologia do Hemocentro Coordenador, de segunda a sexta-Feira, das 08 às 12h, no seguinte endereço: Rua Benedito de Souza Brito, s/nº - Bairro Setor Industrial, esquina com Av. Governador Jorge Teixeira. CEP: 76821-092, Porto Velho-RO.

18.1.2. Os insumos deverão ser entregues de Segunda à Sexta-Feira, das 08 às 15h, no Núcleo de Almoxarifado, localizado na Rua Santa Bárbara, nº 4829 - Bairro Setor Industrial, esquina com a Rua Aparício Morais. CEP: 76.821-240, Porto Velho - RO. Telefone (69) 3222-4845.

### **18.2. DO PRAZO DE ENTREGA**

18.2.1. Os insumos, acessórios e equipamentos deverão ser entregues no prazo de até 15 (QUINZE) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho – NE, Ordem de Serviço, ou outro documento equivalente.

18.2.2. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Contratada, dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de entrega dos materiais/bens;
- b) Comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido depois da apresentação de sua proposta, que tenha correlação direta.

18.2.3. Não se admitirá prorrogação se:

- a) O atraso ocorrer por culpa da contratada;
- b) Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a

escolha mais vantajosa para a administração.

### 18.3. **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

18.3.1. Do Recebimento do Serviço: O objeto desta licitação será recebido conforme disposto no inciso II, do artigo 140, da Lei Federal 14.133/21.

18.3.2. Do Recebimento Provisório: No ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações, conforme Art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/21.

18.3.3. O Recebimento Definitivo: Os produtos serão aceitos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

18.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos/equipamentos, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

18.3.5. Aceitos os produtos, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

18.3.6. O não aceite dos produtos será comunicado à empresa adjudicatária para que imediatamente substitua os produtos que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 18.3.7. **Das condições relativas aos insumos:**

a) Deverão ser do mesmo fabricante, fator este que, garante que suas especificidades sejam compatíveis entre si, além de possibilitar a padronização de execução do processo.

b) Deverão ser entregues em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários) e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS.

c) Todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do código de defesa do consumidor.

d) Os insumos deverão ser entregues em lote único a cada Nota de Empenho, e os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada insumo entregue, conforme descrição do item neste Termo.

e) O prazo de validade dos conjuntos deverá ser superior à 06 (seis) meses.

f) A Contratada se obriga a substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a Contratante toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação dos testes e nas perdas ocasionadas por problemas técnicos.

#### 18.3.8. **Das condições relativas aos equipamentos:**

a) O Equipamento será considerado aceito após realização do processo de qualificação de instalação e operação, além da calibração. Caso o equipamento seja reprovado, o fornecedor se obriga a substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o resultado da qualificação.

b) Deverá ser apresentada a respectiva documentação referente ao ano de fabricação do equipamento, certificado de garantia, bem como todos os documentos relacionados aos testes realizados no equipamento comprovando seu perfeito funcionamento e condições de uso.

c) Fornecer no ato da entrega dos equipamentos, o protocolo (com o respectivo cronograma) de manutenção preventiva e calibração anual, a qual deverá ser executada segundo o previsto no cronograma, sob acompanhamento de preposto da FHEMERON.

d) Se pertinente, a empresa deverá enviar previamente suas equipes de engenharia,

assessoria técnica e científica para avaliar a área onde o equipamento será instalado, visando adequar espaço físico, rede elétrica, aterramento, infra-estrutura hidráulica e climatização. Eventuais correções/adequações ocorrerão por conta e ônus da empresa contratada objeto desta licitação.

## **19. DA INSTALAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

19.1. Previamente à instalação do equipamento, a empresa deverá enviar suas equipes de engenharia, assessoria técnica e científica para avaliar a área onde o equipamento será instalado, visando adequar espaço físico, rede elétrica, aterramento, infra-estrutura hidráulica e climatização. Eventuais correções/adequações ocorrerão por conta e ônus da empresa contratada objeto desta licitação.

19.2. O Equipamento só será aceito depois de realizado pela empresa contratada, todo o processo de qualificação de instalação, operação e calibração. Caso o equipamento seja reprovado, o fornecedor se obriga a substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o resultado da qualificação.

19.3. Deverá ser apresentada a documentação referente ao ano de fabricação do equipamento, certificado de garantia e outros documentos relacionados à comprovação seu perfeito estado de funcionamento.

19.4. Fornecer no ato da entrega dos equipamentos, protocolo contendo as informações necessárias acerca da manutenção preventiva, corretiva e calibração, sendo que a manutenção preventiva e a calibração deverão ser executadas seguindo previsão em cronograma, e em acordo com a rotina do Núcleo de Sorologia.

## **20. DO TREINAMENTO DE EQUIPES**

20.1. A empresa contratada deverá fornecer treinamento aos servidores da FHEMERON que utilizarão os equipamentos, conforme descrito abaixo:

20.1.1. Indicar especialistas para treinamento da equipe e realizar treinamento in loco no Núcleo de Sorologia da FHEMERON, para as equipes que utilizarão os equipamentos;

20.1.2. O treinamento deverá ser iniciado em até 01 (um) dia útil após concluída a instalação do equipamento;

20.1.3. O treinamento deverá ser realizado em dois módulos: um teórico e outro prático;

20.1.4. O módulo teórico será realizado na FHEMERON para todos os profissionais que executarão a técnica de Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência e deverá abordar os princípios básicos de sorologia, conceitos, definições, análise de casos, operacionalização, condutas nas principais discrepâncias identificadas e resolução de problemas;

20.1.5. O módulo prático deverá ser realizado in loco, no Núcleo de Sorologia da FHEMERON, devendo abordar a forma de uso, limpeza e cuidados gerais com os insumos e equipamentos;

20.1.6. Cada módulo deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, em 02 (dois) turnos (turmas) distintos (manhã e tarde) distribuídos em no mínimo, 02 (dois) dias intercalados, com carga horária mínima de 04 (quatro) horas para cada turma, ou seja, cada servidor deverá participar de um treinamento teórico de 4 horas e um treinamento prático de 4 horas.

20.2. Em caso de atualização tecnológica deverá ser realizado novo treinamento.

20.3. Todo o treinamento deverá ser registrado em formulário próprio da FHEMERON, assinado pelo instrutor da empresa contratada. Esse registro deverá ser enviado em até 05 (cinco) dias úteis após finalização do treinamento.

20.4. A programação dos treinamentos deve ser realizada em conjunto com a contratante, devendo ser aprovada pela Instituição.

20.5. A empresa contratada também será responsável por retreinamentos e reciclagens, devendo fornecer insumos para demonstração, sem ônus à contratante.

## **21. DA FISCALIZAÇÃO**

21.1. A fiscalização do contrato será realizada por servidor previamente designado pelo órgão requisitante, que irá fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 104 e 117 da Lei nº



14.133/2021, bem como do artigo 19 do Decreto nº 28.874/2024, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;

21.3. O exercício da fiscalização pelo órgão requisitante, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

21.4. Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

21.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

21.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

21.7. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte os serviços contratados, sem ônus para FHEMERON, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

21.8. A Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas, quando for o caso.

21.9. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à FHEMERON ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

## **22. DA HABILITAÇÃO**

### **22.1. REFERENTE A HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>.

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do [Decreto nº 11.802, de 2023](#).

f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

**REFERENTE A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- f) Poderão ser aceitas certidão (ões) positiva (s) com efeito de negativa.
- g) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 5% (cinco por cento) do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando.
  - b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
  - b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
  - b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
  - b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c) As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

**DA HABILITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL e TÉCNICA PROFISSIONAL:**

Base Legal: art. 18 no IX e 30, Art. 67 e Art. 88 da Lei Federal 14.133/21; IN

22.4.2. Para fins de aferimento da qualificação técnica, a Contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto deste instrumento, observando-se para tanto, no que couber, o disposto no art. 67 da Lei Federal 14.133/21.

22.4.3. Será aceito experiência semelhantes, compatíveis, equivalentes, ainda que não com as mesmas especificações dispostas no Termo de Referência, conforme o art. 67, da LEI Nº 14.133/2021.

22.4.4. Os atestado(s) de capacidade técnica:

a) Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características, com o objeto da licitação, será conforme o tipo de material equivalente ou semelhante aos itens do certame aos quais apresentar proposta.

b) **Entende-se por pertinente e compatível em características:** comprovações, atuais ou anteriores, que demonstrem claramente que a licitante forneceu materiais ou serviços semelhantes ou compatíveis com o objeto desta licitação, **dispensando-se qualquer exigência relacionada a quantitativos específicos.** Tal decisão fundamenta-se na natureza do objeto licitado, para o qual não se identificam razões que justifiquem exigências mínimas de quantitativos.

c) Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

d) Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

22.4.5. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

## 22.5. DAS DECLARAÇÕES

22.5.1. Declaração formal de pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência.

22.5.2. Declaração de Vistoria, comprovando que a participante tomou conhecimento da situação dos equipamentos e contratos existentes para cumprimento das obrigações, objeto desta licitação. Considerando a vistoria ser opcional, caso o participante desconsidere tal necessidade, não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto, momento em que deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA.

22.5.3. Declaração de que disponibilizará aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pela prestação do serviço.

22.5.4. Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

22.5.5. As empresas participantes do certame deverão apresentar declaração de que o representante da empresa não é servidor público, nos termos do art. 12 da Constituição Estadual.

22.5.6. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

22.5.7. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

- 22.5.8. Apresentar a Declaração de Menor.
- 22.5.9. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 22.5.10. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 22.5.11. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 22.5.12. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
- 22.5.13. Apresentar declaração aceitando nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
- 22.5.14. Além daquelas previstas a seguir:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## 23. OBRIGAÇÕES

### 23.1. DA CONTRATADA

- 23.1.1. Além das demais obrigações exigidas em Lei, a empresa detentora do Registro deverá:
  - 23.1.1.1. Entregar o objeto desta licitação, nas especificações contidas neste termo de referência.
  - 23.1.1.2. Manter durante toda a vigência da ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação.
  - 23.1.1.3. Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta.
  - 23.1.1.4. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante em cada ordem de serviço.
  - 23.1.1.5. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.
  - 23.1.1.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, incluindo as despesas com frete, sem qualquer ônus ao órgão requisitante, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
  - 23.1.1.7. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relaciona com o fornecimento objeto do registro; prestar ao órgão requisitante qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.
  - 23.1.1.8. Entregar o objeto nos locais definidos neste instrumento.
  - 23.1.1.9. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados por seus prepostos ao patrimônio da contratante, desde que as responsabilidades sejam efetivamente comprovadas.
  - 23.1.1.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto, sem que disso decorra qualquer ônus para o órgão requisitante, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
  - 23.1.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), reconhecendo desde já a aplicabilidade desta legislação específica no fornecimento detalhado neste instrumento.
  - 23.1.1.12. Assumir toda a responsabilidade pelos custos diretos e indiretos, encargos/tributos, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, adicionais de insalubridade, periculosidade, taxas, taxas

de administração, fretes, carga e descarga, seguros, deslocamentos de pessoal, embalagem, validade/e ou garantia, contribuições fiscais e parafiscais, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a entrega dos materiais.

23.1.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata de registro de preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou ao órgão requisitante, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços.

23.1.1.14. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 125. da Lei Federal 14.133/2021.

## 23.2. DA CONTRATANTE

23.2.1. Efetuar a fiscalização e o acompanhamento do objeto solicitado nos termos do art. 104 e 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como do artigo 19 do Decreto nº 28.874/2024.

23.2.2. Efetuar o pagamento à empresa fornecedora de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e Ata de Registro de Preços.

23.2.3. Fiscalizar a entrega do objeto através de um representante, a quem compete também anotar todas as ocorrências relacionadas com a entrega do objeto, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

23.2.4. Prestar à fornecedora, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento respectivo.

23.2.5. Viabilizar local para entrega, teste ou instalação, o que couber segundo o tipo de fornecimento.

## 23.3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

23.3.1. As obrigações do órgão gerenciador da Ata seguem os preceitos do art.122 do **Decreto Estadual nº 28.874/24**.

Art. 122 Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;

XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

§ 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.

§ 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.

§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

## **24. SANÇÕES**

24.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

24.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

24.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

24.4. As sanções descritas no subitem anterior, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificava ou com justificava recusada pela administração pública.

24.5. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAGEFIMP.

24.6. A multa descrita no quadro de infrações, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

24.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

24.8. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

24.9. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de

grau mais significativo.

24.10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

24.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
7.	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por ocorrência(s);	01	0,2% por dia
8.	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento;	01	0,2% por dia
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
9.	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia
10.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
11.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
12.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
13.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
14.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
15.	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia;	01	0,2% por dia
16.	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
17.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

*\* Incidente sobre o valor da parte inadimplida do contrato*

24.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa



prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

24.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

24.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

24.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

24.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

## **25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

25.1. A presente licitação será conduzida mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme autorizado pelo art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e pelo art. 116, II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que estabelece a preferência por esse modelo nos casos em que se mostre mais conveniente a aquisição de bens com entregas parceladas ou a contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida. A opção pelo SRP justifica-se, neste caso, em razão da natureza dinâmica da demanda, que exige aquisições graduais devido à indisponibilidade de espaço físico para armazenamento integral dos bens, bem como pela necessidade de entregas eventuais e programadas, conforme o planejamento estratégico da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON. Ademais, o estudo técnicos preliminar demonstra a vantajosidade dessa modalidade para o presente objeto.

25.2. A ata de registro de preços será gerenciada pela Superintendência Estadual de Licitações (SUPEL), tendo como único órgão participante a FHEMERON. A vigência da ata será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, desde que mantida a vantajosidade dos preços registrados, conforme disposto no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024. Durante esse período, a ata poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, desde que comprovada a vantagem econômica e obtida a anuência prévia do órgão gerenciador (SUPEL), nos termos do art. 124 do mesmo decreto. Cabe ao fornecedor, beneficiário da ata, a faculdade de aceitar ou recusar as adesões, desde que essa decisão não prejudique as obrigações já assumidas perante o órgão gerenciador e os participantes originais.

25.3. Ressalta-se que, em conformidade com o art. 9º, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023, fica vedada a utilização da Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que a FHEMERON é a única contratante do objeto em questão.

**25.4. Assim, apresentamos a seguinte justificativa para a não utilização da Intenção de Registro de Preços (IRP):**

25.4.1. Em conformidade com o art. 86, da Lei nº 14.133/2021, a utilização da Intenção de Registro de Preços (IRP) deve ser adotada como regra geral nas contratações realizadas pelo sistema de registro de preços, sendo possível a sua não utilização mediante justificativa técnica devidamente motivada, o que se apresenta neste caso.

25.4.2. O próprio art. 86, traz em seu parágrafo 1º o seguinte: "§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante".

25.4.3. Nos termos do art. 9º, §2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023, temos que a utilização da IRP nas hipóteses em que houver apenas um órgão ou entidade participante da contratação, a IRP poderá ser dispensada. No presente caso, a FHEMERON figura como única contratante do objeto licitatório, inexistindo a participação de outros órgãos ou entidades públicas no referido item.

25.4.4. Dessa forma, a utilização da IRP encontra-se juridicamente inviabilizada, em razão de disposição expressa do decreto regulamentador, cuja observância é obrigatória. Ainda que a regra geral prevista na Lei nº 14.133/2021 seja a utilização da IRP, o mesmo dispositivo legal admite exceções é, por si só, fundamento jurídico suficiente e motivação adequada para configurar essa exceção.

25.4.5. Além disso, do ponto de vista prático e gerencial, a publicação de uma IRP em cenário sabidamente inviável à participação de outros órgãos não resultaria em ganho de economicidade, eficiência ou otimização do processo, podendo, ao contrário, acarretar ônus procedimental desnecessário, em violação ao princípio da eficiência administrativa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

25.4.6. Portanto, diante da inexistência de outros possíveis participantes e da normativa contida no Decreto Federal nº 11.462/2023, resta justificada e motivada a não utilização da Intenção de Registro de Preços, em total conformidade com o disposto no §1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

25.5. No que se refere às obrigações das partes, o órgão gerenciador (SUPEL) e a contratada (detentora da ata) deverão observar as disposições estabelecidas no edital da licitação, bem como as normas previstas no regimento interno da SUPEL e na legislação aplicável.

25.6. Quanto às quantidades mínimas cotadas, é importante destacar que sua definição não implica obrigatoriedade de compra por parte da Administração, conforme estabelece o art. 83 da Lei nº 14.133/2021. Os quantitativos foram determinados com base no Termo de Referência, que incorpora critérios técnicos devidamente fundamentados, em observância ao entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 310/2014-Plenário), o qual exige motivação clara para a inclusão de quantidades no edital. Dessa forma, eventuais demandas futuras serão atendidas dentro dos limites estabelecidos na ata, sempre preservando os princípios da economicidade e da eficiência.

25.7. Em síntese, a adoção do SRP para esta licitação apresenta-se como a solução mais adequada às necessidades da Administração, garantindo flexibilidade, transparência e segurança jurídica ao processo, em estrita conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas de gestão pública.

#### 25.8. **Da ata de registro de preços:**

25.8.1. O órgão gerenciador da ata será a Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL.

25.8.2. O único órgão participante da ata é a Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON.

25.8.3. A ata terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### 25.9. **Da renovação da ata e dos quantitativos:**

25.9.1. Considerando o disposto no [Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU](#), é admitida a **renovação do quantitativo inicialmente registrado** nos casos em que houver a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, desde que observados os seguintes requisitos:

25.9.2. A prorrogação da ata deverá ser formalizada por termo aditivo, obrigatoriamente dentro do prazo de vigência da ata original;

25.9.3. Deve ser comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, por meio de pesquisa de mercado, consulta a painéis de preços ou outro mecanismo válido;

25.9.4. As condições pactuadas inicialmente devem permanecer inalteradas, especialmente no que se refere à qualidade, prazo de entrega e critérios de execução contratual.

25.9.5. A prorrogação e a eventual renovação dos quantitativos registrados visa assegurar a continuidade do atendimento das demandas administrativas, evitando descontinuidade na prestação dos

serviços ou no fornecimento de bens, resguardando o interesse público e promovendo a eficiência, a economicidade e o planejamento das contratações, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

25.9.6. Ressalta-se que a possibilidade de prorrogação e renovação deverá estar previamente prevista no edital e na ata de registro de preços, observando-se os limites legais e as orientações normativas vigentes.

#### 25.10. **Da utilização da Ata:**

25.10.1. A Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, desde que comprovado ser mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

25.10.2. Caberá ao fornecedor, beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

25.10.3. Caberá ao órgão que se utiliza da ata, verificar a vantagem econômica a este Registro de Preços.

25.10.4. A eventual adesão deverá ocorrer em conformidade com a previsão do art. 124. do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### 25.11. **Do modo de disputa:**

25.11.1. Considerando que a presente licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, **opta-se pelo modo de disputa aberto**, em conformidade com o art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

25.11.2. Tal escolha justifica-se pela compatibilidade entre a modalidade, o critério e o modo de disputa, uma vez que a apresentação de lances públicos e sucessivos estimula a competitividade, assegura maior transparência e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

#### 25.12. **Da Revisão dos Preços Registrados:**

25.12.1. Os preços registrados poderão ser revistos, para mais ou para menos, a qualquer tempo, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto no art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.

25.12.2. A redução dos preços poderá ser promovida pela Administração quando verificada, mediante estudo técnico ou pesquisa de mercado, a existência de preços significativamente inferiores aos registrados, decorrentes de fatores mercadológicos supervenientes.

25.12.3. Nos termos dos arts. 134 e 135 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo, para redução ou atualização, em razão de fato superveniente que os torne, respectivamente, superiores ou inferiores aos praticados no mercado.

25.12.4. Verificada a redução de preços no mercado, o órgão gerenciador convocará a contratada para negociação de redução, e, em caso de recusa, esta será liberada dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades.

25.12.5. Caso o preço de mercado se eleve de forma significativa e comprovada, a contratada poderá requerer a atualização do valor registrado, mediante documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro.

25.12.6. A ausência de comprovação adequada resultará no indeferimento do pedido, obrigando o cumprimento das condições originais, sob pena de cancelamento do registro.

25.12.7. Ocorrendo a liberação da contratada, o órgão gerenciador poderá convocar fornecedores do cadastro de reserva ou remanescentes, conforme a ordem de classificação, ou adotar as medidas cabíveis para nova contratação.

#### 25.13. **Das obrigações do órgão gerenciador e da detentora da ata:**

25.13.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata, bem como as obrigações da detentora da ata serão aquelas estabelecidas pela SUPEL, no edital da licitação, regimento interno ou documento

equivalente, uma vez que cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP.

25.14. **Da intenção de registro de preços - IRP:**

25.14.1. Por se tratar de aquisição pontual e particular da FHEMERON, não se vislumbra a possibilidade de aplicar a intenção de registro de preços - IRP para o certame. Ficando **vedada** a sua utilização, com base no art. 117, § 2º, II, do Decreto Estadual nº 28.874/24.

25.15. **Da quantidade mínima a ser cotada:**

25.15.1. Referente às quantidades mínimas, indica-se o que menciona o Decreto nº 11.462/2023, que, embora seja o regulamento federal de registro de preços, pode ser utilizado como referência para as explicações necessárias:

Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre:

[...]

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

[...]

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

25.15.2. Portanto, a quantidade mínima a ser cotada refere-se ao quantitativo que o licitante deve apresentar em sua proposta, sendo possível que um mesmo edital origine múltiplos fornecedores para um único item.

25.15.3. Nesse sentido, é necessário considerar uma possível perda de ganhos de escala decorrente do fracionamento de cotações pela Administração e observar os princípios da eficiência, vantajosidade e economicidade. Assim, não se vislumbra viabilidade técnica no recebimento de múltiplas propostas para um único item, ressalvados apenas os casos de possíveis divisões para reserva de cotas para ME e EPP.

25.15.4. **Desta forma, as propostas apresentadas no presente certame deverão condizer com a totalidade dos quantitativos apresentados em cada item/lote, não sendo admitida a possibilidade dos licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital.**

25.16. **Do quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento:**

25.16.1. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento será de 01 (uma) unidade de medida (metro quadrado, unidade, kit), exceto quando houver uma quantidade mínima específica indicada na descrição de cada item deste instrumento.

25.17. **Quanto a possibilidade de prever preços diferentes:**

25.17.1. Importante destacar que a previsão de preços diferentes são para objetos iguais, mas que por outros fatores poderiam ter preços diferentes, o que não ocorre na presente contratação, pois o lote 01 e o item em apartamento não se tratam de objetos iguais, apenas possuem algumas similaridades.

25.17.2. Ressalta-se que há a real possibilidade de ocorrer a variação do preço entre o lote 01 e o item em apartamento, mas não pela necessidade da previsão do artigo 82 e sim pelo fato do item em apartamento, apesar de ser material similar a outros constantes no lote 01, não possuir total igualdade com os itens do lote.

25.17.3. No caso em questão, a licitação trata de **itens distintos entre si**, ou seja, com **características técnicas, finalidades, unidades de medida ou complexidade diferentes**, o que **invalida qualquer comparação direta de preços entre eles** para fins de questionamento de eventual divergência de valores. No caso de **objetos distintos**, não há parâmetro objetivo que permita uma análise comparativa de valores unitários, pois as especificidades de cada item influenciam diretamente sua formação de preço (material empregado, escala de produção, logística, demanda de mercado, entre outros fatores).

25.17.4. Conforme previsto no artigo 82, III, da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação para registro de preços pode dispor sobre a possibilidade de haver preços diferenciados nos lotes, considerando

fatores como o local de entrega, o acondicionamento e o tamanho do lote. Em especial, o inciso III estabelece que podem ser aplicados preços distintos quando:

- a) O objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- d) Por outros motivos justificados no processo.

25.17.5. Pelo exposto acima, conclui-se que a possibilidade de admitir preços diferentes não se aplica na presente contratação, seja, principalmente, devido as características do objeto disposto no lote 01 e àquelas do item disposto em apartado, e ainda que assim não o fosse, o lote e o item em apartamento possuem o mesmo local de entrega, são itens comuns e guardam considerável simplicidade, o que também afastaria a necessidade de previsão de preços diferentes.

25.17.6. As características dos objetos, as justificativas técnicas, operacionais e econômicas não tornam plausíveis a previsão de preços diferentes, isso já é a realidade da demanda.

25.17.7. O que ocorre aqui é a falta de compatibilidade de se aplicar a norma do artigo 82 da Lei nº 14.133 ao presente caso, pois notadamente objetos diferentes irão possuir preços diferentes.

25.17.8. **Deste modo, não é necessário a previsão de preços diferentes baseado no art. 82 da Lei nº 14.133, pois a variação entre os itens do lote 01 e o item em apartado é a simples consequência de serem objetos diferentes. Temos que a necessidade da previsão fundada na norma já citada, neste caso, seria apenas se houvessem objetos iguais.**

## 25.18. DO REGISTRO DE MAIS DE UM FORNECEDOR:

25.18.1. Para atender ao disposto no art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

25.18.2. Art. 131. Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

§ 1º O cadastro de reserva poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

descumprimento das condições da ata pelo compromitente;

recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

liberação do compromisso por razões admitidas neste decreto.

§ 2º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

§ 3º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do caput deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

## 26. DA JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇO

26.1. De acordo com o Decreto Federal n. 11.462/2023, a ata de registro de preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

[...]

No art. 3º do Decreto supracitado vislumbra que o Sistema de Registro de Preços será adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou

**contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;**

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32"

[...]

26.2. A adoção do sistema de Registro de Preços decorre da necessidade de contratações frequentes e eventuais, da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pela Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON em decorrência das atuais limitações e incertezas orçamentárias, e ainda, objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício. Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada, com o devido respaldo no Decreto Federal n. 11.462/2023 e Lei 14.133/2021.

26.3. Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma de pregão/pregão eletrônico. Tal modalidade agilizou o processo licitatório, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam no planejamento organizacional.

26.4. A adoção do SRP permite a evolução significativa da atividade de planejamento, motivando a cooperação entre as mais diversas áreas. De igual forma, pode trazer várias vantagens para a sistemática de contratação, muitas vezes tão complexa, pois, promove maior eficiência e flexibilidade na realização das despesas públicas.

26.5. Ressalte-se ainda, que o SRP contribui para a eliminação do fracionamento de despesa, irregularidade frequente apontada pelos órgãos de controle interno e/ou externo, onde o órgão realiza uma ampla licitação, nas modalidades concorrência ou pregão, para aquisição de tudo que necessita para o exercício, enquadrando o que faltar na modalidade de dispensa.

## **27. DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

27.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogados por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto art. 84 da Lei Federal de Licitações e Contratos 14.133/2021 assim como inciso IX do art. 15º e art. 22º do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

27.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 84 da Lei 14.133/2021, bem como artigo 125 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, podendo ainda ser substituído o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como nota de empenho, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme prevê o artigo 95 da Lei 14.133/2021 e artigo 130 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## **28. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

28.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

28.2. Os procedimentos de fiscalização do contrato ou Ata de Registro de Preços, devem seguir nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## **29. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”**

29.1. Nos termos do artigo 124 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, sendo:

§ 1º A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ 2º **O limite individual de cada órgão** ou entidade não participante **será de um aumento de**

**50% do quantitativo registrado**, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º **O conjunto de solicitações de adesão**, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao **limite global de duas vezes o quantitativo registrado**.

§ 4º A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ 5º As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

IV - autorização expressa do órgão gerenciador;

V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

§ 6º A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

**§ 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.**

**§ 8º É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.**

29.2. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao **limite global de duas vezes o quantitativo registrado**, conforme art. 121 do decreto estadual 28.874/2024.

29.3. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

## **30. DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

30.1. Em relação à alteração da ATA devem seguir os preceitos do art.132 do Decreto Estadual nº 28.874/24:

Art.132. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos (art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874/2024).

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

§ 3º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

30.2. Nos termos do art. 134 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

30.3. Nos termos do art. 135 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas

30.4. O Decreto Estadual nº 28.874/2024, dispõe ainda no artigo 136, sobre as hipóteses do cancelamento registro de preço, de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

II - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

### **31. CRITÉRIOS DE REAJUSTE, REEQUILÍBRIO CONTRATUAL E REPACTUAÇÃO:**

31.1. Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual 28.874/2024, O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

§ 1º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

§ 3º Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos.

§ 5º Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado.

§ 6º Em caso de paralisação ou aditamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução.

§ 7º O registro do reajustamento de preços poderá ser formalizado por simples apostila, conforme o art. 136, inciso I, da Lei Federal nº14.133, de 2021, observada a minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.



§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

31.2. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

31.3. O índice de reajuste de preço devem seguir os preceitos do art.156, do Decreto Estadual 28.874/2024.

31.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

31.5. Nos termos do art. 157 do Decreto Estadual 28.874/2024, a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

31.6. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor do contratado quanto da Administração contratante, conforme art. 163 do Decreto Estadual 28.874/2024.

31.7. Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos artigos 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

## **32. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

32.1. Ficam vedadas a subcontratação total do objeto, pela Contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto.

## **33. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

33.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como inciso V do artigo 41 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se que:

33.1.1. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do artigo 15 da Lei Federal 14.133/2021.

## **34. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

34.1. Em regra, conforme inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser

divididas em tantas parcelas quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

34.2. No caso concreto, a solução foi aglutinada em lote único em razão das seguintes justificativas técnicas e operacionais:

I - Padronização e integridade do sistema: os reagentes, insumos e equipamentos que compõem o objeto devem ser compatíveis entre si, preferencialmente do mesmo fabricante, para garantir a rastreabilidade, a confiabilidade dos resultados e a interoperabilidade com o Sistema de Gerenciamento do Ciclo do Sangue (SGC) da Contratante;

II - Limitação de espaço físico: o Núcleo de Sorologia da FHEMERON possui área restrita, incompatível com a instalação de múltiplos equipamentos de diferentes fornecedores, o que inviabiliza o parcelamento;

III - Economia de escala e redução de custos administrativos: a contratação centralizada em único fornecedor reduz custos de manutenção, treinamento, suporte técnico e gestão contratual, em conformidade com o princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Segurança transfusional: a padronização dos processos analíticos reduz riscos de erro operacional, assegurando a qualidade da triagem sorológica e a conformidade com a legislação hemoterápica vigente.

34.3. Diante do exposto, o não parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração Pública, nos termos do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **35. DO CADASTRO RESERVA**

35.1. Após a definição do preço final do licitante vencedor, conforme previsto no art. 131, do Decreto nº 28.874/2024, será procedida a consulta juntos aos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, quanto ao interesse em ofertar preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro reserva, fazendo constar de anexo que integrará a ata.

35.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- a) I - impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;
- b) II - descumprimento das condições da ata pelo compromitente;
- c) III - recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- d) IV - liberação do compromisso por razões admitidas no mencionado Decreto.

35.3. A documentação dos licitantes constantes no cadastro reserva serão conferidas e atualizadas quando da sua convocação para fornecimento.

35.4. Inexistindo interessados para formação de cadastro reserva e havendo a necessidade de contratação, a Administração poderá proceder com a convocação nos termos do § 3º, art. 131, do Decreto nº 28.874/2024.

## **36. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

36.1. No tocante aos aspectos relativos ao direito à propriedade intelectual dos materiais a serem elaborados em conjunto com a CONTRATANTE e utilizado na gestão dos equipamentos tais como manuais, POPs, fluxogramas, etc., bem como os dados gerados da utilização do software de gestão de equipamentos, não cabe a CONTRATADA seus direitos vistos serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste contrato.

36.2. Quando do encerramento da prestação dos serviços estabelecida nesse Termo de Referência, a CONTRATADA deverá disponibilizar e deixar em poder da CONTRATANTE, um exemplar atualizado de todos os materiais utilizados na prestação de serviço tanto em meio físico como eletrônico bem como realizar a última atualização dos dados no software de gestão de equipamento da

CONTRATANTE.

36.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a CONTRATANTE.

### **37. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA**

37.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa.

37.2. Visto que as cooperativas não podem concorrer em licitações para serviços contínuos com regime de exclusividade de mão de obra, com fulcro no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021, devem ser respeitadas as seguintes condições :

"Aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos:

os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos".

### **38. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

38.1. A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber, bem como, o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual nº 21.264/2016.

### **39. DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP**

39.1. Considerando haver prejuízo para o conjunto do objeto e sua execução, NÃO AUTORIZO a SUPEL à reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item para a contratação de pequenas empresas. (Art. 48º, inciso III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

### **40. DA GARANTIA E DA VALIDADE**

40.1. Todo produto deverá ser entregue em perfeito estado de conservação, lacre de segurança na tampa e rótulo, protegido contra ação da luz, poeira e umidade e contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques e transportes.

40.2. Os produtos deverão ter prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data da entrega.

40.3. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 e demais legislações pertinentes.

### **41. DA GARANTIA DO CONTRATO**

41.1. Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, como previsto no art. 98 **caput** da lei 14.133/21.

41.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da lei 14.133/21.

41.3. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual.

41.4. A caução prestada pela contratada será restituída após o término do contrato com a devida atualização do valor, desde que seja realizada mediante depósito em espécie (art. 100 da lei 14.133/21).

### **42. DA ADOÇÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E ARBITRAGEM PARA A SOLUÇÃO DE LITÍGIO**

42.1. Conforme o caput do art. 151 da Lei 14.133/21, é facultada à Administração utilizar os meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias em suas contratações, por outro lado, o parágrafo único exige que tais meios sejam aplicados às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis.

42.2. Dessa forma, caso necessário, será adotado os meios alternativos de resolução de controvérsias, tendo em vista que o objeto a ser licitado possui valor econômico e pode ser comercializado ou transacionado livremente por seus titulares, obtendo assim uma maior celeridade na solução dos conflitos no âmbito administrativo, evitando o custo e a morosidade do Poder Judiciário.

#### **43. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

43.1. O contrato terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data da última assinatura, conforme previsto no art. 106 da Lei 14.133/21, de acordo com a necessidade e justificativa da CONTRATANTE e acordo entre as partes.

43.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, quando for o caso.

43.3. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de sua vigência, de acordo com a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

#### **44. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

44.1. As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades (artigo 19, Decreto Estadual nº 28.874/2024)

44.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

44.3. As comunicações entre o órgão ou entidade (contratante) e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

44.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

44.5. Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no Decreto Estadual nº 28.874/2024, na seção VIII;

44.6. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no artigo 20, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### **45. DOS CASOS OMISSOS**

45.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

#### **46. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

46.1. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação, visando à entrega dos serviços descritos no presente Termo de Referência.

46.2. O serviço ofertado pela CONTRATADA deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABTN, INMETRO, e outros; atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

46.3. Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

46.4. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a entrega dos serviços.

46.5. Conforme parágrafo único do art. 48 da Lei 14.133/21, durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

46.6. Esta Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia **certifica que atende ao princípio da segregação de funções**, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e art. 12 do Decreto 11246/22.

46.7. **Da reserva de cota ou exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):** Fica permitido a participação de ME e EPP nesta contratação, por força do inciso IV, art. 49 da Lei n.º 123/2006, dispensando-se, assim, a aplicação de qualquer tratamento diferenciado a essas empresas.

46.8. Conforme a Lei 14.133/21 no art. 48 inciso VI, fica vedada a exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contrato.

46.9. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

46.10. As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa referentes a este termo de referência.

46.11. Eventuais dúvidas/ esclarecimentos podem ser enviados no e-mail: nucomp.fhemeron@gmail.com.

#### 47. **ANEXOS**

47.1. Anexo I - Minuta de Contrato 72024116;

47.2. ANEXO II - Declaração de Vistoria;

47.3. ANEXO III - Declaração de Renúncia de Vistoria;

47.4. Anexo IV - SAMS 69165219.

#### 48. **ASSINATURAS**

Elaboração:

**PAULA BEATRIZ CANDIDO DUARTE**

Chefe do Núcleo de Compras

Revisão Técnica:

**VALÉRIA RONIK CALDEIRA**

Coordenadora Técnica e Científica

Na Forma do que dispõe o art. 6º, incisos XI e XXV, da Lei Federal nº 14.133/21, aprovo, declaro e dou fé no presente Termo de Referência e Anexos.

**ANILTO FUNEZ JUNIOR**

Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON

### **ANEXO II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA**



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

### DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declaro, em cumprimento ao estabelecido no Edital nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, na qualidade de profissional indicado pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_)\_\_\_\_\_, vistoriei os locais onde serão prestados os serviços do objeto deste termo, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades do local e condições estipuladas no edital.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (Responsável/ Representante da empresa)

### ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RENUNCIA DE VISTORIA



## DECLARAÇÃO DE RENUNCIA DE VISTORIA

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declaro, em cumprimento ao estabelecido no Edital nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, na qualidade de profissional indicado pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, optamos pela não realização de vistoria nas instalações físicas da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Ronik Caldeira**, **Coordenador(a)**, em 02/06/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anilto Funez Junior**, **Presidente**, em 02/06/2026, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA BEATRIZ CANDIDO DUARTE**, **Chefe de Núcleo**, em 02/06/2026, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72891288** e o código CRC **3C7183C0**.

---

---

**Referência:** Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0052.002076/2024-40

SEI nº 72891288





## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON  
Núcleo de Compras - FHEMERON-NUCOMP

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Orçamentária: Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON.
- 1.2. Processo Administrativo: 0052.002076/2024-40.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON possui natureza jurídica de Fundação Pública de direito público, sendo a entidade administrativa no estado de Rondônia responsável por todo o processo de coleta, testagem, processamento, armazenamento e distribuição de seus hemocomponentes, bem como pela distribuição de hemoderivados, para atendimento da demanda de instituições de saúde do Estado públicas, privadas e filantrópicas.
- 2.2. Dito isto, a proposta visa em essência, garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pela instituição, através da realização da triagem sorológica dos doadores de sangue. Tal atividade é parte essencial de um processo que visa garantir a segurança transfusional e a qualidade do sangue e hemocomponentes, promovendo desta forma, o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON, no denominado Ciclo do Sangue.
- 2.3. Além disso, a legislação vigente, estabelece diretrizes claras para a qualificação de doadores de sangue, exigindo a realização de testes específicos que asseguram a segurança transfusional. Estas necessidades são detalhadas a seguir:

##### I - PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017 DOU de 03/10/2017 - ANEXO IV DO SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS:

Seção VI - Dos Exames de Qualificação no Sangue do Doador (Origem: PRT MS/GM 158/2016, TÍTULO II, CAPÍTULO I, Seção VI)

Art. 128. O serviço de hemoterapia realizará testes para infecções transmissíveis pelo sangue, a fim de reduzir riscos de transmissão de doenças e em prol da qualidade do sangue doado. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 129)

Art. 129. É obrigatória a realização de exames laboratoriais de alta sensibilidade a cada doação, para detecção de marcadores para as seguintes infecções transmissíveis pelo sangue, cumprindo-se ainda, os algoritmos da PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, para cada marcador: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130).

I - sífilis; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, I).

II - doença de Chagas; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, II).

III - hepatite B; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, III).

IV - hepatite C; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, IV).

V - AIDS; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, V).

VI - HTLV I/II. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, VI).

§ 2º Os exames serão realizados em laboratórios específicos para triagem laboratorial de doadores de sangue, com conjuntos diagnósticos (kits) próprios para esta finalidade, registrados na ANVISA. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 2º).

§ 5º O sangue total e seus componentes não serão transfundidos antes da obtenção de resultados finais não reagentes/negativos, nos testes de detecção para: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º)

I - hepatite B; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, I)

II - hepatite C; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, II)

III - AIDS; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, III)

IV - doença de Chagas; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, IV)

V - sífilis; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, V)

VI - infecção por HTLV I/II. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 5º, VI)

§ 6º São os testes para detecção de hepatite B: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º)

I - detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBV) - HBsAg; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º, I)

II - detecção de anticorpos contra o capsídeo do HBV - anti- HBc (IgG ou IgG + IgM); e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º, II)

III - detecção de ácido nucleico (NAT) do HBV. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 6º, III)

§ 7º São os testes para detecção de hepatite C: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 7º)

I - detecção do anticorpo contra o vírus da hepatite C (HCV) ou detecção combinada de anticorpo + antígeno do HCV; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 7º, I)

II - detecção de ácido nucleico (NAT) do HCV. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 7º, II)

§ 8º São os testes para detecção de AIDS: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 8º)

I - detecção de anticorpo contra o HIV ou detecção combinada do anticorpo contra o HIV + antígeno p24 do HIV; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 8º, I)

II - detecção de ácido nucleico (NAT) do HIV. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 8º, II)

§ 9º O teste de que trata o inciso I do § 8º incluirá, obrigatoriamente, a pesquisa de anticorpos contra os subtipos 1, 2 e O. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 9º)

§ 10. O teste para doença de Chagas será por meio da detecção de anticorpo anti-T cruzi por método de ensaio imunoenzimático (EIE) ou quimioluminescência (QLM). (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 10)

§ 11. O teste para sífilis será por intermédio da detecção de anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 11)

§ 12. O teste para infecção por HTLV I/II será mediante a detecção de anticorpo contra o HTLV I/II. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 130, § 12)

## II - RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 34, DE 11 DE JUNHO DE 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue:

### Seção VI - Exames de qualificação no sangue do doador

Art. 89. A cada doação devem ser realizados obrigatoriamente testes laboratoriais de triagem de alta sensibilidade, para detecção de marcadores para as seguintes doenças infecciosas transmissíveis pelo sangue, independentemente dos resultados de doações anteriores, segundo critérios determinados nesta Resolução e nas demais normas do Ministério da Saúde:

I - Sífilis: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-treponêmico ou não-treponêmico;

II - Doença de Chagas: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-T Cruzii;

III - Hepatite B (HBV): 1 (um) teste para detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg) e 1 (um) teste para detecção de anticorpo contra o capsídeo do vírus da hepatite B (anti-HBc), com pesquisa de IgG ou IgG + IgM;

III - Hepatite B (HBV): 3 (três) testes em paralelo: 1 (um) teste para detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg), 1 (um) teste para detecção de anticorpo contra o capsídeo do vírus da hepatite B (anti-HBc), com pesquisa de IgG ou IgG + IgM e 1(um) teste para detecção de ácido nucléico do vírus HBV por técnica de biologia molecular; (Redação dada pela Resolução – RDC nº 75, de 2 de maio de 2016)

IV - Hepatite C: 2 (dois) testes em paralelo: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-HCV ou para detecção combinada de antígeno/anticorpo; e 1(um) teste para detecção de ácido nucléico do vírus HCV por técnica de biologia molecular;

V - HIV 1 e 2: 2 (dois) testes em paralelo: 1 (um) teste para detecção de anticorpo anti-HIV (que inclua a detecção do grupo O) ou 1(um) teste para detecção combinada de antígeno/anticorpo (que inclua a detecção do grupo O); e 1(um) teste para detecção de ácido nucléico do vírus HIV por técnica de biologia molecular; e

2.4. Por fim, a aquisição de insumos específicos, com a **cessão dos equipamentos necessários ao processamento automatizado** em regime de comodato, é indispensável para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Sorologia. Essa forma de contratação garante a compatibilidade entre os kits e os equipamentos, assegurando maior confiabilidade, rastreabilidade e eficiência nos resultados.

### 3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	CATMAT/CATSER	INSUMOS	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE MEDIDA
1	8460 8451	<b>Sífilis:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação de anticorpos específicos totais contra o Treponema pallidum (TP) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	43.600	Teste
2	8311	<b>Chagas:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o Trypanosoma cruzi (T. cruzi) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.200	Teste
3	8435	<b>HIV I/II:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa simultânea do antígeno HIV p24 e dos anticorpos contra o vírus da imunodeficiência humana dos subtipos 1, 2 e O em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	43.000	Teste
4	8621	<b>HTLV:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus HTLV-I e HTLV-II em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.400	Teste
5	8605	<b>HCV:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus da hepatite C, ou determinação combinada de anticorpo + antígeno do HCV, em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.500	Teste
6	8419	<b>HBc Total:</b> Imunoensaio para a determinação qualitativa por quimioluminescência, para pesquisa simultânea de anticorpos totais (IgG + IgM) contra o antígeno core do vírus da hepatite B (anti-HBc) em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	44.800	Teste
7	8222 8257	<b>HBsAg:</b> Imunoensaio para determinação qualitativa por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, para pesquisa do Antígeno de Superfície da Hepatite B (HBsAg), incluindo detecção de mutantes HBsAg em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	43.300	Teste
8	8222	<b>HBs:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação quantitativa de anticorpos contra o antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (Anti-HBs) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	2.800	Teste
<b>EQUIPAMENTO EM COMODATO</b>				

9	453193	Plataforma totalmente automatizada para realização de imunoensaios por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência, com entrada, processamento e liberação de resultado, contemplando área de carregamento para amostras e reagentes, com alimentação contínua e posição/área prioritária, pipetadores, incubadora e leitores por equipamento, para realização dos parâmetros especificados nos itens 01 a 07, com liberação da rotina em, no máximo, 05 (cinco) horas.	02	Comodato
---	--------	--	----	----------

4. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

4.1. O quantitativo estimado contempla a média das últimas demandas anuais, de acordo com os relatórios de produção do Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento (NUEST-FHEMERON) e Núcleo de Sorologia (FHEMERON-NUSOR), sendo aplicada ao cálculo final, porcentagem de 20% como margem de desvios.

4.2. Produtividade anual de bolsas coletadas:

ANO DE REFERÊNCIA	Nº DE BOLSAS COLETADAS
2022	30.262
2023	32.253
2024	32.372
Média anual	31.629

Fonte: Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento (NUEST-FHEMERON).

4.3. Produtividade de exames sorológicos referente ao ano de 2022:

MARCADOR	TRIAGEM DE DOADORES	RETESTE	2ª AMOSTRA
HBc	30.495	1.342	843
HCV	30.495	166	230
HIV I/II	30.495	120	159
HTLV I/II	30.495	130	136
CHAGAS	30.495	29	110
HBsAg	30.495	128	517
SÍFILIS	30.495	631	407
HBs	00	00	483

Fonte: Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento (NUEST-FHEMERON).

4.4. Produtividade de exames sorológicos referente ao ano de 2023:

MARCADOR	TRIAGEM DE DOADORES	RETESTE	2ª AMOSTRA
HBc	33.435	1.636	972
HCV	33.435	149	258
HIV I/II	33.435	188	187
HTLV I/II	33.435	184	173
CHAGAS	33.435	31	97
HBsAg	33.435	166	594

SÍFILIS	33.435	750	506
HBs	00	00	619

Fonte: Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento (NUEST-FHEMERON).

4.5. **Produtividade de exames sorológicos referente ao ano de 2024:**

MARCADOR	TRIAGEM DE DOADORES	RETESTE	2ª AMOSTRA
HBc	33.998	1.555	655
HCV	33.998	181	128
HIV I/II	33.998	223	83
HTLV I/II	33.998	202	80
CHAGAS	33.998	42	130
HBsAg	33.998	147	432
SÍFILIS	33.998	879	400
HBs	00	03	514

Fonte: Núcleo de Produção, Estatística e Faturamento (NUEST-FHEMERON).

4.6. **Produtividade média anual de exames sorológicos:**

MARCADOR	MÉDIA ANUAL 2022, 2023 e 2024	20%
HBc	37.320	44.784
HCV	35.364	42.436
HIV I/II	35.832	42.998
HTLV I/II	35.292	42.350
CHAGAS	35.136	42.163
HBsAg	36.036	43.243
SÍFILIS	36.336	43.603
HBs	2.340	2.808

**Nota:** Para estimativa total de consumo do Núcleo de Sorologia (tabela V - Produtividade média de exames sorológicos), foram quantificados a partir do Relatório de Produção - Sorologia (0061753266), os testes necessários à realização de:

- a) Triagem de doadores;
- b) Reteste;
- c) 2ª amostra;
- d) Exames avulsos;
- e) Controle de qualidade; e
- f) Calibração.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Cumpre salientar que os autos já aportaram nesta setorial com a solução devidamente adotada, qual seja, Registro de Preços para eventual e futura contratação de Empresa Especializada no fornecimento de insumos sorológicos (materiais e reagentes), com equipamentos em regime de comodato, para atender as demandas da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia -

FHEMERON.

5.2. Assim sendo, e com o intuito de dar maior subsídio à pretensa contratação, esta setorial procedeu com a pesquisa da solução adotada para atender demanda apresentada e as soluções disponíveis no mercado, fruto dessa análise está elencada abaixo.

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO	OBJETO
0062322126202141	Nº 00556/2021	Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Sistema de Automação Laboratorial (equipamentos) e todos os materiais, reagentes e acessórios necessários à realização de TESTES IMUNOLOGIA, com vistas no atendimento às necessidades dos serviços de patologia clínica do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro do Estado de Rondônia, por um período de 12(doze) meses de forma continuada.
53/2024	10/2024	Aquisição de Testes Sorológicos compatível com tecnologia de Quimioluminescência (CLIA) e/ou Eletroquimioluminescência (ECLIA) com equipamento automatizado e acessórios por regime de comodato, pelo período de 12 meses, conforme termo de referência.
2023-5ZJ5C	060/2023	REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE BEM DE CONSUMO - KITS SOROLÓGICOS EM CONJUNTO COM A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO

5.3. As soluções possíveis a serem consideradas são:

5.3.1. Aquisição apenas de insumos e equipamentos próprios: inviável economicamente, considerando o alto custo de aquisição, manutenção e substituição dos equipamentos.

5.3.2. Aquisição de insumos com equipamentos em comodato: solução mais vantajosa, pois garante compatibilidade técnica, atualização tecnológica e assistência contínua.

5.4. Em análise aos instrumentos acima elencados, foi possível verificar que a metodologia adotada por aquelas Administrações não se afastam muito do que se pretende adotar pela Gestão, apenas quesitos pontuais à realidade de cada uma.

5.5. Assim sendo, observa-se que para a realidade da FHEMERON, o Registro de Preços mostra-se viável para a pretensa aquisição.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Cabe ressaltar que não se trata de simples aquisição de insumos, mas sim da contratação de empresa para fornecimento de insumos e seus acessórios, disponibilização de equipamentos em comodato, serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração, software e treinamento de usuários, objetivando a satisfação do interesse público.

6.2. Assim sendo e para que a contratação proposta produza os resultados pretendidos, a empresa contratada deverá:

- a) Fornecer insumos sorológicos compatíveis com equipamentos automatizados;
- b) Disponibilizar os equipamentos necessários em regime de comodato, devidamente calibrados e validados;
- c) Executar manutenções preventivas e corretivas, inclusive com substituição de peças e mão de obra especializada;
- d) Realizar calibração periódica dos equipamentos, conforme recomendações do fabricante;
- e) Oferecer treinamento operacional e técnico aos profissionais da FHEMERON;
- f) Disponibilizar software de interfaceamento compatível com o sistema de informação utilizado pelo laboratório;
- g) Garantir suporte técnico e atendimento presencial ou remoto em até 24 horas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Trata-se de insumos específicos para a realização da rotina diária do Núcleo de Sorologia da FHEMERON (FHEMERON-NUSOR), conforme itens abaixo especificados:

## 7.2. INSUMOS

7.2.1. Deverão ser compatíveis com a plataforma de processamento.

7.2.2. Deverão fornecer resultados precisos e exatos quando comparados aos resultados obtidos com seus controles.

7.2.3. A discriminação dos resultados positivos e negativos deverá ter clareza, com número de resultados inconclusivos inferior a 1%, não apresentando resultados falso-negativos e o mínimo de resultados falso-positivos.

7.2.4. Deverão ser livre de interferência de Biotina;

7.2.5. Os resultados das repetições não devem apresentar variações, devendo apresentar 100% de concordância nos resultados, considerando-se os devidos desvios.

7.2.6. Todos os reagentes, controles, calibradores e demais insumos fornecidos, necessários ao bom funcionamento do equipamento, deverão ser originais de fábrica e prontos para uso.

7.2.7. Os valores dos controles fornecidos pelo fabricante deverão manter-se dentro da faixa estabelecida na bula fornecida durante todo o prazo de validade, quando aplicável.

7.2.8. Todos os reagentes e acessórios que forem perdidos por falha ou danos elétricos, eletrônicos e/ou mecânicos do equipamento ou, ainda, por falta de manutenção preventiva da empresa, durante a realização dos testes analíticos, deverão ser repostos sem ônus para a Contratante.

7.2.9. Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na qualidade ou composição, o licitante compromete-se a trocá-lo, sem ônus para a CONTRATANTE, devendo especificar as condições de armazenamento a serem observadas.

7.2.10. Os insumos fornecidos fora das especificações deste Termo de Referência estará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Contratante.

7.2.11. Os insumos deverão ser entregues com identificação do lote, data de vencimento e bula em português, com todas as informações técnicas.

## 7.3. EQUIPAMENTO/ACESSÓRIOS A SEREM FORNECIDOS EM COMODATO

7.3.1. Plataforma automatizada e multiparamétrica (principal e backup) com capacidade de processar e liberar resultados de no mínimo 150 amostras simultaneamente (Itens 01 à 07) a cada período de 5 (cinco) horas.

**7.3.2. Caso um único equipamento não seja capaz de executar a rotina estipulada a licitante deverá instalar obrigatoriamente um segundo equipamento com as mesmas características, respeitando as características físicas do Núcleo de Sorologia.**

7.3.3. Deverá possuir registro na ANVISA/MS, em plena validade, além de registro no país de origem, caso seja importado.

7.3.4. Deverá acompanhar manual de operação completo em português.

7.3.5. Deverá possuir software de fácil manuseio.

7.3.6. Deverá ser a versão mais atualizada, estar em perfeitas condições de uso e respeitando as características físicas dos laboratórios contemplados com os equipamentos (principal e backup). Como “versão atualizada” entende-se que seja de última geração em linha (declarado pelo fabricante), que atenda as necessidades desse descritivo técnico, novos ou de no máximo com 02 (dois) anos de uso (comprovado em Nota Fiscal), estar em perfeitas condições de uso (atestado em declaração emitida pela empresa vencedora).

7.3.7. Deverá possuir software de fácil manuseio, capaz de armazenar todos os resultados gerados possibilitando assim, o relatório de todos os exames realizados.

7.3.8. O equipamento deve vir acompanhado de no-break com capacidade mínima para atender

um ciclo de processamento completo, bem como os demais acessórios lógicos para o seu perfeito funcionamento, incluindo solução de limpeza, módulos, racks, software para emissão e interfaceamento de resultados, impressora, monitor e CPU.

7.3.9. **O software de interfaceamento deverá realizar a comunicação com o Sistema de Gerenciamento do Ciclo do Sangue utilizado na FHEMERON, disponibilizando os arquivos de interface em extensão “txt” (comunicação bidirecional).**

7.3.10. Deverá vir acompanhado de sistema de purificação de água pelo método de Osmose Reversa, de acordo com as necessidades preconizadas pelo equipamento.

7.3.11. Deverá ter acesso randômico e realizar leitura de código de barras das amostras, reagentes e reativos, com impressão dessas informações, além de identificação do local, data de validade, número de lote e marca do kit utilizado no ensaio.

7.3.12. **Deverá permitir a rastreabilidade dos lotes e validade dos reagentes utilizados nos testes e controle de qualidade, pelo tempo de retenção requerida nas normas vigentes.**

7.3.13. Deverá permitir acesso, carregamento e reposição contínua de amostras, reagentes e consumíveis durante o seu funcionamento.

7.3.14. Deverá ter capacidade de carga de, no mínimo, 100 amostras com acesso contínuo de carga de amostras, além de contemplar a opção de prioridade para amostras emergenciais.

7.3.15. Deverá utilizar a amostra em tubo primário (de até 10ml) centrifugado (amostra sedimentada), com sistema automatizado, integrado ao sistema analítico, de identificação em padrão alfa numérico de no mínimo 11 (onze) dígitos, utilizando códigos de barras no padrão Code 128, ou superior.

7.3.16. **A leitura dos códigos de barras das amostras deverá ser automática e com aprovação de leitura de no mínimo 95% do total dos códigos.**

7.3.17. Deverá apresentar software de controle de qualidade interno com emissão de gráficos pertinentes.

7.3.18. Deverá possuir sistema interno de controle de qualidade qualitativo de flags para leituras discrepantes (acusando a necessidade de reavaliação para laudo final).

7.3.19. Deverá contemplar o procedimento de limpeza e calibração automatizadas.

7.3.20. Deverá ter capacidade de detectar coágulos e fibrinas.

7.3.21. Deverá permitir o armazenamento refrigerado dos reagentes.

7.3.22. Deverá monitorar todas as funções críticas do processamento.

7.3.23. Deverá possibilitar a rastreabilidade de resultados e amostras.

7.3.24. Deverá permitir a repetição automática das amostras com programação dos parâmetros de repetição.

7.3.25. Com o objetivo de preservar os processos de trabalho, a FHEMERON exigirá a substituição de qualquer equipamento, novo ou usado, para o qual sejam evidenciadas necessidades de manutenção corretiva descritas abaixo:

7.3.26. Mais de 2 (dois) atendimentos de manutenção corretiva em período inferior a 90 dias corridos.

7.3.27. Mais de 4 (quatro) atendimentos de manutenção corretiva em período inferior a 1 (um) ano.

7.3.28. Apresente defeito intercorrente por mais de 10 (dez) dias.

7.3.29. Não serão consideradas no item acima as ocorrências de manutenções corretivas geradas comprovadamente por causas externas (rede elétrica, rede lógica, dentre outras), mau uso do equipamento e motivos fortuitos, devidamente reconhecidas pela CONTRATANTE.

#### 7.4. **INTERFACEAMENTO BIDIRECIONAL**

7.4.1. Os arquivos de interfaceamento deverão ser gravados em texto (txt), com registros em



linhas e campos em colunas.

7.4.2. O software deve permitir adicionar novos parâmetros definidos pelo usuário final, sendo obrigatório no mínimo: número de doação, resultado, interpretação e data de execução do exame.

7.4.3. Deverá ser fornecida a documentação, em língua portuguesa, da estrutura e layout dos arquivos de interfaceamento, informando campos, valores e posições dos resultados necessários para o interfaceamento.

7.4.4. O software do equipamento deverá ser em plataforma Windows.

7.4.5. A empresa contratada deverá fornecer treinamento aos servidores para operação do programa de interfaceamento.

7.4.6. A empresa contratada disponibilizará, caso necessário, as devidas manutenções do sistema de interfaceamento.

## 7.5. **MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA CIENTÍFICA**

7.5.1. A assistência técnica e científica será de responsabilidade da empresa contratada, estando seus técnicos devidamente habilitados, comprovadamente com pelo menos um ano de experiência para prestação dos serviços de assistência técnica.

7.5.2. Deverão ser realizadas as manutenções preventivas e corretivas e calibração dos equipamentos instalados, na periodicidade exigida para cada um, conforme recomendação do fabricante mediante agendamento com o Núcleo de Sorologia.

7.5.3. Deverá ser prestada assistência técnica contínua e, num prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, atender a chamados técnicos quanto à avarias dos equipamentos e seus componentes, por meio de diagnóstico via MODEM (acesso remoto), telefone e/ou pela presença de técnico especializado, de forma a não haver interrupção das atividades desempenhadas pelo laboratório.

7.5.4. Quando se tratar de reposição de peças, os serviços de assistência técnica deverão ser atendidos em até 48 (quarenta e oito) horas.

7.5.5. Quando se tratar de problemas que não foram solucionados em até 72 (setenta e duas) horas e que exijam a retirada do equipamento do hemocentro, o mesmo deverá ser substituído por outro equipamento nas mesmas condições previstas no Termo de Referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, não podendo haver a descontinuidade dos serviços.

7.5.6. Deverá ser emitido ao término de cada manutenção preventiva ou corretiva, relatório circunstanciado identificando o equipamento e informando com clareza o detalhamento da intervenção, peças substituídas e o técnico responsável.

7.5.7. Deverá ser afixada na superfície externa do equipamento sempre que ocorrer uma intervenção (preventiva e/ou calibração), uma etiqueta adesiva com o registro das seguintes informações, legíveis: tipo de intervenção realizada; data da intervenção; data programada para a próxima intervenção.

7.5.8. Deverá ser fornecido laudo de calibração dos equipamentos, segundo preconizado pelo fabricante, quando da instalação do equipamento e anualmente após a instalação, bem como quando forem realizadas intervenções preventivas e/ou corretivas que demandem a realização de nova calibração. Os certificados de calibração deverão ser emitidos conforme a NBR ISO 17025/2005, sendo analisados pela Gestão de Equipamentos.

7.5.9. A assistência deverá disponibilizar, sempre que solicitada, Assessoria Científica gratuita remota ou presencial.

## 8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Através de pesquisa de preços a ser realizada pela SUPEL/RO.

8.2. Contudo, informa-se que o custo obtido na última contratação foi de **R\$ 3.044.413,59**, por meio do Contrato nº CNT/1043/FHEMERON/PGE/2023 (0042843468).

## 9. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. Em regra, conforme inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. No entanto, trata-se de um serviço especializado, onde um eventual parcelamento aumentaria potencialmente o custo da contratação, pelo valor do investimento inerente aos serviços a serem prestados por cada empresa, culminando ainda na realização de processos diferentes para cada teste, maior manipulação de amostras entre diferentes aparelhos, acrescentando-se, ainda, o fato da limitação do espaço físico do laboratório.

9.3. Observa-se, portanto, que o fracionamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, o que justifica o NÃO parcelamento.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao presente processo.

## **11. DO DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

11.1. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano Anual de Contratação, desta fundação conforme 0054984796, para o exercício de 2025.

11.2. A despesa está prevista na Lei Orçamentária Anual 2025, constantes da memória de cálculo do Plano Plurianual e LOA, ano base 2025, através da programação 10.302.2105.2145 - Assistência Hemoterápica e Hematológica, Fonte de Recurso 1.5.00.001002, elemento de despesa 3.3.90.30.

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A contratação têm por objetivo atender as necessidades da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON e assegurar a continuação dos serviços prestados possibilitando o cumprimento de seus cronogramas, resguardando o interesse público.

12.2. Além do exposto acima, a pretensa aquisição visa:

- a) Garantir da segurança transfusional assegurando que o sangue e hemocomponentes liberados para uso estejam livres de agentes infecciosos, protegendo a saúde dos receptores;
- b) Manter a conformidade regulatória dando atendimento às normas e diretrizes da ANVISA, do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS) relativas à segurança transfusional;
- c) Otimizar processos por meio da disponibilização de equipamentos modernos e eficientes em comodato, otimizar o fluxo de trabalho e o tempo de liberação dos resultados;
- d) Reduzir custos operacionais evitando a aquisição de equipamentos de alto custo e os gastos com manutenção, calibração e atualização tecnológica, que seriam de responsabilidade da contratada; e
- e) Assegurar a disponibilidade de insumos garantindo o fornecimento contínuo e ininterrupto de reagentes e materiais de consumo, essenciais para a operação da triagem sorológica dos doadores de sangue.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. As providências a serem adotadas previamente à celebração do Contrato (Emissão da Nota de Empenho) são as seguintes:

13.1.1. Elaboração do Termo de Referência;

13.1.2. Abertura de processo filhote para solicitação de liberação da Ata SRP após homologação do certame;

13.1.3. Emissão da proposta para emissão da nota de empenho.

#### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Em atendimento ao princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável e da sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, conforme Art. 6º, inciso I, Decreto Estadual nº 21264/2016 e Art. 5º, inciso I, Instrução Normativa nº 01/2010, os produtos deverão ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável.

14.2. A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

#### 15. DA JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS

15.1. Por se tratar da contratação de empresa especializada, não será permitida a contratação de pessoa física para a prestação dos serviços.

#### 16. MAPA DE RISCO E SOLUÇÕES DE MITIGAÇÃO

##### 16.1. RISCOS RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO

16.1.1. **Risco 1:** Atraso na entrega de equipamentos/insumos

16.1.2. Descrição/Impacto: Paralisação dos exames sorológicos, comprometendo a segurança transfusional.

16.1.3. Mitigação: Incluir cláusulas contratuais com multas por atraso e exigir plano de contingência do fornecedor (ex.: equipamento backup).

16.1.4. **Risco 2:** Não conformidade com especificações técnicas

16.1.5. Descrição/Impacto: Resultados imprecisos e descumprimento de normas de saúde.

16.1.6. Mitigação: Realizar auditorias prévias, testes de validação antes da aceitação e incluir cláusulas de substituição imediata sem custos.

16.1.7. **Risco 3:** Falha na manutenção preventiva/corretiva

16.1.8. Descrição/Impacto: Interrupção prolongada dos processos laboratoriais.

16.1.9. Mitigação: Estabelecer um regramento rígido no contrato, exigir assessoria técnica local e estoque de peças de reposição e aplicar penalidades por descumprimento.

16.1.10. **Risco 4:** Incompatibilidade de interfaceamento com sistemas da FHEMERON

16.1.11. Descrição/Impacto: Perda de rastreabilidade e atraso na liberação de resultados.

16.1.12. Mitigação: Realizar testes piloto, oferecer treinamento técnico e garantir suporte dedicado da contratada.

16.1.13. **Risco 5:** Fornecimento de equipamentos usados fora do padrão

16.1.14. Descrição/Impacto: Falhas operacionais frequentes e custos indiretos.

16.1.15. Mitigação: Exigir nota fiscal, laudo técnico de integridade e inspeção física pré-instalação.

##### 16.2. RISCOS RELACIONADOS AOS INSUMOS SOROLÓGICOS

16.2.1. **Risco 1:** Lotes de reagentes fora da especificação

16.2.2. Descrição/Impacto: Resultados inconclusivos ou falsos, comprometendo a segurança do sangue.

16.2.3. Mitigação: Inspeção física na entrega e rejeição imediata de lotes não conformes.

16.2.4. **Risco 2:** Alteração na qualidade dos insumos durante a validade

16.2.5. Descrição/Impacto: Resultados falso-negativos/falso-positivos.

16.2.6. Mitigação: Monitorar condições de armazenamento e treinar equipe em boas práticas.

16.2.7. **Risco 3:** Incompatibilidade com a plataforma de processamento

16.2.8. Descrição/Impacto: Paralisação dos exames e desperdício de insumos.

- 16.2.9. Mitigação: Testar compatibilidade prévia e garantir reposição imediata.
- 16.2.10. **Risco 4:** Falta de reposição de insumos danificados
- 16.2.11. Descrição/Impacto: Aumento de custos operacionais e interrupção de atividades.
- 16.2.12. Mitigação: Incluir cláusula de reposição gratuita e manter estoque estratégico.
- 16.2.13. **Risco 5:** Resultados inconclusivos acima de 1%
- 16.2.14. Descrição/Impacto: Retrabalho e atrasos na liberação de sangue.
- 16.2.15. Mitigação: Validação periódica dos kits e adoção de algoritmos de reteste automatizado.

### 16.3. **CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCOS**

16.3.1. Os riscos identificados envolvem desafios críticos para a FHEMERON, especialmente em contratação de equipamentos e qualidade dos insumos sorológicos. Para garantir a plena execução dos testes e garantia da segurança transfusional, bem como a conformidade com a legislação vigente, recomenda-se:

- Reforçar cláusulas contratuais com exigências técnicas e penalidades por descumprimento.
- Auditorias contínuas para verificar conformidade de fornecedores e insumos.
- Redundâncias operacionais, como equipamentos backup e estoques de insumos críticos.
- Capacitação da equipe para operar sistemas e responder a emergências.

16.3.2. A gestão eficiente desses riscos assegurará a continuidade dos serviços hemoterápicos no Estado de Rondônia, alinhando-se às diretrizes nacionais e garantindo a segurança dos pacientes.

## 17. **DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado para subsidiar a nova contratação, prevendo elementos essenciais para composição do Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

17.2. Assim sendo, demonstra-se que a proposta de contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, visando o atendimento da demanda transfusional com qualidade, redução de riscos à saúde e segurança dos pacientes.

17.3. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

## 18. **ASSINATURAS**

18.1. Elaboração:

**GABRIEL DE MIRANDA CASTRO**

Chefe do Núcleo de Compras

18.2. Revisão Técnica:

**VALÉRIA RONI CALDEIRA**

Coordenadora Técnica e Científica

Na Forma do que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **aprovo** o presente instrumento.

**GABRIELE MOREIRA GASPAR**

Presidente da Fundação FHEMERON

Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DE MIRANDA CASTRO**, **Chefe de Núcleo**, em 20/10/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Ronik Caldeira**, **Coordenador(a)**, em 20/10/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELE MOREIRA GASPAR**, **Presidente**, em 22/10/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063715326** e o código CRC **E51B194A**.

**Referência:** Caso responda este(a) Estudo Técnico Preliminar, indicar expressamente o Processo nº 0052.002076/2024-40

SEI nº 0063715326



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON  
Núcleo de Compras - FHEMERON-NUCOMP

### MINUTA DE CONTRATO

O **CONTRATANTE**, O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.745.017/0001-68, com sede na Rua Benedito de Souza Brito, s/nº - Bairro Industrial, esquina com a Av. Governador Jorge Teixeira, nesta cidade de Porto Velho-RO, representado pelo Presidente, Sr. **ANILTO FUNEZ JUNIOR**, portador(a) do CPF/MF nº 806.979.972-72, e a **CONTRATADA**, a empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (00.000.000/0001-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou Sra. (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada sob id. XXXX, celebram o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, em atendimento ao pedido sob id. XXXX, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, vinculando-se aos termos do processo Eletrônico nº 0052.002076/2024-40, ao Termo de Referência e seus anexos (id. XXXXXX), à proposta da Contratada (id. XXXXXX), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**1. DO OBJETO:** Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de reagentes (conjuntos/kits), insumos acessórios, com disponibilização de equipamentos em comodato, para realização de exames de triagem sorológica através da técnica de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, além de treinamento de usuários, software para interpretação e interfaceamento dos resultados, visando o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:** As atividades/serviços serão executados conforme cronograma, prazos e condições estabelecidas no item 18 e somente serão aceitos caso seja atendido o item 18.3.7 ao item 18.3.8 do Termo de Referência e seus anexos.

**3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:** Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente

**4. DA GARANTIA:** Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**5. DA VIGÊNCIA:** O Contrato terá vigência por xxx dias, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/21, respeitando-se os demais preceitos legais.

**6. DO VALOR E PAGAMENTO:** O valor desta contratação é de XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme o Aviso de licitação (id. XXXXXX), já estando nele incluídos os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas.

**Parágrafo único.** As formas e condições de pagamento estão descritas no item 12 do Termo de Referência e seus anexos e a Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação de Hematologia e

Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON, CNPJ/MF nº 84.745.017/0001-68, sendo que os insumos deverão ser entregues no Núcleo de Almoxarifado, localizado na Rua Santa Bárbara, nº 4829 - Bairro Setor Industrial, esquina com a Rua Aparício Moraes. CEP: 76.821-240, Porto Velho - RO.

**7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: XXXXX - Programa de Trabalho: \*\*\*\*\* - Natureza de Despesa: \*\*\*\*\* - Fonte de Recursos: \*\*\*\*\* , Material de Consumo: \*\*\*\*\* , conforme Declaração de Adequação Financeira (id. XXXXXXX).

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no subitem 23.1 do Termo de Referência e seus anexos.

A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no subitem 23.3 do Termo de Referência e seus anexos.

**10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:** Os valores das multas aplicáveis estão indicadas no item 24 do Termo de Referência e seus anexos, caso apresente alguma das situações ali previstas.

**11. DA GARANTIA CONTRATUAL:** Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente

**12. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO:** Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de sua vigência inicialmente prevista.

**13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:** O acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizados conforme descritos no item 21 do Termo de Referência e seus anexos.

**14. DA RESCISÃO CONTRATUAL:** O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115, da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

§ 2º A Contratada reconhece os direitos em caso de EXTINÇÃO DOS CONTRATOS administrativa prevista no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

**15. DO MAPA DE RISCO:** A Matriz de Riscos da contratação integra o presente instrumento para todos os fins, conforme no item 16 do Estudo Técnico Preliminar 36 (0063715326), definindo os riscos e as responsabilidades atribuídas às partes, nos termos da legislação aplicável.

**16. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:** A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância

**17. DOS CASOS OMISSOS:** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

**18. DO FORO:** Fica eleito o Foro da comarca desta Capital, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**19. DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:** Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**Parágrafo único.** Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011,

segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

**20. DA PUBLICAÇÃO:** Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal (CONTRATANTE) -

Representante legal (CONTRATADA) -

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes. Porto Velho-RO, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Anilto Funez Junior, Presidente**, em 21/05/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72024116** e o código CRC **6FFACF75**.

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0052.002076/2024-40

SEI nº 72024116





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON  
Núcleo de Compras - FHEMERON-NUCOMP

**SAMS**

**SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS - SAMS**

Órgão Requisitante:		Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON			
Fonte de Recurso:	1.5.00.001002.	Programação Orçamentária	10.302.2105.2145	Nº do Processo:	0052.002076/2024-40
Exposição de Motivo:	Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de reagentes (conjuntos/kits), insumos acessórios, com disponibilização de equipamentos em comodato, para realização de exames de triagem sorológica através da técnica de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, além de treinamento de usuários, software para interpretação e interfaceamento dos resultados, visando o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia - FHEMERON, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	Elemento de Despesa:	3.3.90.30	Referente Memo nº:	Memorando 46 (0050398338)

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE MEDIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	8460 8451	<b>Sífilis:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação de anticorpos específicos totais contra o Treponema pallidum (TP) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	43.600	Teste			

2	8311	<b>Chagas:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o Trypanosoma cruzi (T. cruzi) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.200	Teste			
3	8435	<b>HIV 1 e 2:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa simultânea do antígeno HIV p24 e dos anticorpos contra o vírus da imunodeficiência humana dos subtipos 1, 2 e O em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	43.000	Teste			
4	8621	<b>HTLV I/II:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus HTLV-I e HTLV-II em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.400	Teste			
5	8605	<b>H C V :</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus da hepatite C, ou determinação combinada de anticorpo + antígeno do HCV, em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	42.500	Teste			
6	8419	<b>HBc Total:</b> Imunoensaio para a determinação qualitativa por quimioluminescência, para pesquisa simultânea de anticorpos totais (IgG + IgM) contra o antígeno core do vírus da hepatite B (anti-HBc) em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	44.800	Teste			
7	8222 8257	<b>HBsAg:</b> Imunoensaio para determinação qualitativa por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, para pesquisa do Antígeno de Superfície da Hepatite B (HBsAg), incluindo detecção de mutantes HBsAg em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	43.300	Teste			
8	8222	<b>HBs:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação quantitativa de anticorpos contra o antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (Anti-HBs) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	2.800	Teste			

CARIMBO DO CNPJ/CPF-ME:	LOCAL:	RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO:	VALOR EXTENSO DA PROPOSTA:
	DATA:		VALOR NUMERICO DA PROPOSTA:
	BANCO:	FONE:	
	AGÊNCIA:	ASSINATURA:	PRAZO DE ENTREGA:
	C/C:	VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS	USO EXCLUSIVO DA FHEMERON
<p>A empresa vencedora deverá apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: CERTIDÕES NEGATIVAS junto ao INSS, FGTS, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO/TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS E TRIBUTOS MUNICIPAIS devendo mantê-las em regularidade até o final do contrato.</p>			



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Ronik Caldeira**, **Coordenador(a)**, em 25/02/2026, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DE MIRANDA CASTRO**, **Chefe de Núcleo**, em 25/02/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anilto Funez Junior**, **Presidente**, em 25/02/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69165219** e o código CRC **762A8538**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	BANCO DE PREÇOS1	BANCO DE PREÇOS2	BANCO DE PREÇOS3	BANCO DE PREÇOS4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
<b>LOTE 1</b>														
1	<b>Sífilis:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação de anticorpos específicos totais contra o Treponema pallidum (TP) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	43.600	R\$ 4,69	R\$ 4,46	R\$ 5,74	NC	R\$ 4,46	<b>R\$ 4,96</b>	R\$ 4,69	0,68	13,76%	MÉDIO	R\$ 216.256,00
2	<b>Chagas:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o Trypanosoma cruzi (T. cruzi) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	42.200	R\$ 6,55	R\$ 8,18	R\$ 10,13	R\$ 11,16	R\$ 6,55	<b>R\$ 9,01</b>	R\$ 9,16	2,05	22,76%	MÉDIO	R\$ 380.222,00
3	<b>HIV III:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa simultânea do antígeno HIV p24 e dos anticorpos contra o vírus da imunodeficiência humana dos subtipos 1, 2 e O em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	43.000	R\$ 11,95	R\$ 15,00	R\$ 12,22	R\$ 15,60	R\$ 11,95	<b>R\$ 13,69</b>	R\$ 13,61	1,88	13,70%	MÉDIO	R\$ 588.670,00
4	<b>HTLV:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus HTLV-I e HTLV-II em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	42.400	R\$ 10,50	R\$ 11,50	R\$ 11,88	R\$ 15,75	R\$ 10,50	<b>R\$ 12,41</b>	R\$ 11,69	2,30	18,56%	MÉDIO	R\$ 526.184,00
5	<b>HCV:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação qualitativa de anticorpos contra o vírus da hepatite C, ou determinação combinada de anticorpo + antígeno do HCV, em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	42.500	R\$ 12,16	R\$ 15,24	R\$ 15,90	R\$ 11,60	R\$ 11,60	<b>R\$ 13,73</b>	R\$ 13,70	2,16	15,73%	MÉDIO	R\$ 583.525,00
6	<b>HBc Total:</b> Imunoensaio para a determinação qualitativa por quimioluminescência, para pesquisa simultânea de anticorpos totais (IgG + IgM) contra o antígeno core do vírus da hepatite B (anti-HBc) em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	44.800	R\$ 12,25	R\$ 13,73	R\$ 15,00	R\$ 17,00	R\$ 12,25	<b>R\$ 14,50</b>	R\$ 14,37	2,01	13,88%	MÉDIO	R\$ 649.600,00
7	<b>HBsAg:</b> Imunoensaio para determinação qualitativa por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, para pesquisa do Antígeno de Superfície da Hepatite B (HBsAg), incluindo detecção de variantes HBsAg em soro ou plasma humano com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	43.300	R\$ 11,15	R\$ 11,00	R\$ 11,42	R\$ 15,30	R\$ 11,00	<b>R\$ 12,22</b>	R\$ 11,29	2,06	16,88%	MÉDIO	R\$ 529.126,00
8	<b>HBs:</b> Imunoensaio por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência para a determinação quantitativa de anticorpos contra o antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (Anti-HBs) em soro ou plasma humanos com validação para uso em doadores de sangue.	Teste	2.800	R\$ 11,20	R\$ 12,28	R\$ 13,85	NC	R\$ 11,20	<b>R\$ 12,44</b>	R\$ 12,28	1,33	10,71%	MÉDIO	R\$ 34.832,00
<b>VALOR DO LOTE 1</b>														<b>R\$ 3.508.415,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>														<b>R\$ 3.508.415,00</b>

**LEGENDA:**  
NC = Não encontrado

**NOTA EXPLICATIVA:**  
**IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES**

**EMP1** BANCO DE PREÇOS  
**EMP2** BANCO DE PREÇOS  
**EMP3** BANCO DE PREÇOS  
**EMP4** BANCO DE PREÇOS



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
1ª Comissão de Saúde - SUPEL-COSAU1  
**ATA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/XXXX/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90454/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0052.002076/2024-40
Órgão(s) Participante(s):	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

- 1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.  
1.2.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

- 2.1. Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de reagentes (conjuntos/kits), insumos acessórios, com disponibilização de equipamentos em comodato, para realização de exames de triagem sorológica através da técnica de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, além de treinamento de usuários, software para interpretação e interfaceamento dos resultados, visando o cumprimento da atividade-fim da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON.  
2.2.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.  
3.2.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

- 4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.  
4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.  
4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.  
4.5.

5. **CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

- 5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.  
5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.  
5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

5.7.2.

## 6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

6.6.

## 7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

7.3.

## 8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.6.

## 9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

9.2.

## 10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

10.5.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

**Geovanna Pinheiro Alves**  
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços /SUPEL

**Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento**  
Diretora Executiva /SUPEL

**Márcia Rocha de Oliveira Francelino**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por: xxxxx



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
1ª Comissão de Saúde - SUPEL-COSAU1

Ofício nº 7263/2025/SUPEL-COSAU1

**OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº / [],

[DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21 , solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE